

**PAO 2015**

**PLANO ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2015**

**Dezembro de 2014**





## Conteúdo

I PLANO DE ATIVIDADES PARA 2015.....	5
A. Controlo da Execução de 2014 - ENMC/Unidade de Reservas Petrolíferas .....	5
B. Programa de atividades para 2015.....	8
Enquadramento .....	8
<i>B1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)</i> .....	9
<i>B2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UP)</i> .....	9
<i>B3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)</i> .....	11
<i>B4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Petróleo e Gás Natural (UPEP)</i> .....	11
<i>B5 - Institucional e transversal</i> .....	11
II RELATÓRIO DO ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015.....	12
A - Análise do ano de 2014 - ENMC/Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) .....	12
1. Mercado.....	12
2. Resultados ENMC- URP .....	12
3. Reservas .....	14
3.1 <i>Reservas Físicas - 4º trimestre (deduzido de 10% dos fundos de tanque)</i> .....	14
3.2 <i>Reservas efetuada com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets) - 4º trimestre</i> ...	15
3.3 <i>Reservas Totais</i> .....	16
4. Qualidade das reservas de produtos .....	16
ORÇAMENTO PARA 2015 .....	16
<i>Ponto prévio</i> .....	16
<i>Pressupostos</i> .....	17
B - Orçamento para 2015 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) .....	17
1. Mercado.....	17
1.1 <i>Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque):</i> .....	17
1.2 <i>Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)</i> .....	18
1.3 <i>Reservas Totais</i> .....	18
2. Evolução dos custos da ENMC/URP .....	18
3. Demonstrações de Resultados - URP .....	21
4. Balanço - URP .....	22
5. Fluxos de Tesouraria - URP .....	23
6. Comparação dos custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias .....	24

C. Orçamento para 2015 - Plano de Reestruturação: Restantes Unidades .....	24
C.1 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UP): .....	24
C.2 - Unidade de Biocombustíveis (UB): .....	25
C.3 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP): .....	25
D. Orçamento para 2015 - Global - ENMC, E.P.E. ....	25
1. Demonstração de Resultados - ENMC, E.P.E. ....	28
2. Balanço - ENMC, E.P.E. ....	29
3. Fluxos de Tesouraria - ENMC, E.P.E. ....	30
4. Plano de Investimentos - ENMC, E.P.E. ....	31
5. Plano de Financiamento - ENMC, E.P.E. ....	31
6. Plano de Redução de Custos - ENMC, E.P.E. ....	32
7. Demonstrações financeiras e outros Instrumentos Previsionais de Gestão - ENMC, E.P.E. ....	35
<i>Demonstração de Resultados</i> .....	35
<i>Balanço 2013-2015</i> .....	36
<i>Fluxos de Tesouraria 2013-2015</i> .....	37
E. Mapas Anexos ao Orçamento 2015 .....	38
<i>Pressupostos</i> .....	38
<i>Inventário de Reservas</i> .....	39
<i>Stocks ENMC e Decomposição</i> .....	39
<i>Distribuição de Reservas</i> .....	40
<i>Prestações Unitárias Propostas</i> .....	41
III PLANO DE SUSTENTABILIDADE .....	42
Síntese Conclusiva .....	42
A. Sustentabilidade Social .....	43
B. Sustentabilidade Ambiental .....	43
C. Sustentabilidade Económica .....	44
D. Sustentabilidade Organizacional .....	46

**A. Controlo da Execução de 2014 - ENMC/Unidade de Reservas Petrolíferas**

Atividade	Descrição	Calendarização
1	Reorganização da ENMC com novas competências e recursos	1º Trimestre
2	Relacionamento internacional	durante 2014
3	Revisão dos contratos de armazenagem e de seguros	durante 2014
4	Realocação para Portugal, das reservas detidas na Alemanha	durante 2014
5	Tendo como objetivo aumentar a cobertura, proceder à celebração de contratos para a manutenção à sua ordem de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (tickets)	2º Trimestre
6	Participação na elaboração de nova legislação	durante 2014
7	Implementação de novo sistema de software	1º Trimestre

1. Posteriormente à publicação do Decreto-Lei nº 165/2013, que enquadrava a transferência de novas competências da DGEG, do LNEG e das Direções Regionais da Economia para a ENMC, E.P.E. bem como da publicação, em 29 de agosto, das leis orgânicas dessas entidades, aguarda-se a publicação da portaria que operacionalize essa passagem de competências, a fim de se poder dar cabal cumprimento a essa transferência de competências/atividades de forma a concluir a reorganização da ENMC.

Contudo, a ENMC já implementou:

- revisão do sítio da internet - [www.enmc.pt](http://www.enmc.pt) -, por forma a incluir as novas competências/atividades transferidas para a esfera de responsabilidade da ENMC;
- balcão Único com o objetivo de simplificar a troca de informações entre operadores e a ENMC;
- as ações de verificação do controlo de qualidade dos postos de combustíveis, por delegação da DGE, que já foram efetuadas, tendo publicado já os respetivos resultados no sítio da internet da ENMC;
- a publicitação *online* dos preços de referência dos combustíveis;

2. No que concerne ao relacionamento internacional, registou-se uma efetiva integração na “rede” ACOMES, resultando uma maior assimilação de boas práticas no âmbito da organização e gestão das reservas, bem como ao nível do mercado europeu de contratos de manutenção (tickets). Foi, também, concluída negociação com Espanha do tema da reciprocidade.

3. A renegociação de todos os contratos de armazenagem possíveis, bem como a inclusão da cobertura ambiental nos seguros para a POL-NATO, foi finalizado por concurso público nacional em 24 de Julho de 2014;

4. A operação de realocação do crude Ural remanescente (83,6 kton) existente na Alemanha iniciada em 2013, foi concluída durante o mês de Junho de 2014;
5. Os novos Estatutos da ENMC e a transposição da Diretiva são claros na isenção das normas do CCP para as compras de petróleos ou refinados, bem como na celebração de contratos para a manutenção à sua ordem de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*), aplicando-se as regras em vigor nos respetivos mercados, dentro dos valores de transparência e de auditabilidade. Neste âmbito e tendo como objetivo suprir as necessidades aquisição/disponibilização de produto ao melhor preço, a ENMC estruturou uma área funcional que tem vindo a celebrar este tipo de contratos, quer no mercado de *tickets*<sup>1</sup> europeu, quer com operadores portugueses, tendo resultado dessa contratação uma excelente relação no binómio taxa de cobertura - preço;
6. A ENMC tem vindo a participar, com estudos, na elaboração da legislação no âmbito do mercado de combustíveis, designadamente a lei de bases do sistema petrolífero nacional (SPN), a legislação que prevê a implementação de um sistema de recuperação de vapores de gasolina, colaborando, ainda, na transposição de diretivas comunitárias ao nível da segurança das instalações petrolíferas e proteção do meio ambiente;
7. A nova arquitetura de sistemas de informação, com modernas ferramentas de interface e “*workflow*” já entrou em produção em cerca de 70% das suas funcionalidades, sendo que duas das componentes, o sítio da internet da ENMC já incorporando o Balcão Único, como ferramenta principal de comunicação com os operadores obrigados, bem como a Intranet ENMC que permitirá quando completo, testado e transferido para produção uma maior eficácia interna da empresa em todas as suas tarefas de controlo de reservas, e das novas unidades operacionais transferidas para a ENMC, bem como um controlo mais eficaz do Plano trienal, orçamento e controlo orçamental, de acordo com a seguinte discriminação:

#### 7.1 Sítio da internet:

- Balcão Único para os operadores obrigados, através o sistema de registo e controlo dos operadores e das suas introduções ao consumo *online*, reporte de reservas, etc, integrando, simplificando e desmaterializando estes reportes, e que irá assegurar os necessárias interfaces com a DGEG, União Europeia, entre outras. Neste momento apenas falta completar a disponibilização do processo de licenciamento;
- Portal de informação pública e aos operadores, onde, entre diversa informação útil, se encontram publicados os preços de referência diários, semanais e mensais dos combustíveis e o controlo de qualidade dos combustíveis;

---

<sup>1</sup> Contratos de manutenção, à ordem de uma entidade, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros

7.2 Intranet ENMC com total interface com o sítio da internet da ENMC, assegurando assim toda a importação automática de informação diretamente para as bases de dados de trabalho da ENMC;

De referir que todo o *software* foi desenvolvido em ‘*opensource*’, conforme aprovação da AMA- Agência de modernização administrativa, assegurando assim à ENMC soluções escaláveis de acordo com a evolução futura de quaisquer das suas unidades de negócio.

#### 8. Controlo de Qualidade de Combustíveis:

Em 2104, no cumprimento das competências legalmente atribuídas à ENMC E.P.E., em matéria de controlo da qualidade dos combustíveis, foram efetuadas 123 colheitas de amostras em posto de combustível, com a seguinte dispersão territorial<sup>2</sup>:

- Norte - 27 amostras;
- Centro - 22 amostras;
- Lisboa - 46 amostras;
- Alentejo - 13 amostras;
- Algarve - 15 amostras.

Das colheitas levadas a efeito pela ENMC E.P.E., foram concluídas 101 análises com apresentação de resultados por parte do laboratório contratualizado para o efeito. Da totalidade das amostras já com resultados apresentados, e até à presente data, não foi confirmada qualquer não conformidade.

Os resultados obtidos (quando conformes) são publicados no portal da ENMC com a apresentação do respetivo boletim analítico, sendo que os procedimentos a seguir em caso de não conformidade não é efetuada a publicação nos termos descritos, seguindo um procedimento completamente diferente, cujo figurino final aguarda aprovação da Secretaria de Estado da Energia em forma de Portaria, conforme proposto pela ENMC E.P.E., que se espera publicada ainda em 2014, dada a relevância da matéria.

#### 9. Defesa do Consumidor:

Com a publicação dos estatutos da ENMC E.P.E., esta entidade pública passa a deter competências ao nível das reclamações apresentadas pelos consumidores no livro de reclamações, sempre e quando estejam em causa matérias relacionadas com a qualidade dos combustíveis e com o funcionamento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN).

Por forma a assegurar o cumprimento destas atribuições legais, no corrente ano de 2014, foi celebrado um protocolo com a Direção Geral do Consumidor (DGC) e com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), inscrevendo a ENMC E.P.E. na RTIC - *Rede Telemática de Informação*

---

<sup>2</sup> Delimitação geográfica da Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, de Nível II (NUTS II), estabelecidas no Decreto -Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro.

### Outras atividades

Para além das atividades acima referidas, está em curso a extensão do Balcão Único às restantes áreas de competências, em processo de transferência para a ENMC, tendo como objetivo a integração, simplificação e desmaterialização das comunicações com os operadores e utentes em geral, perspetivando-se a sua conclusão em 2015, quando da completa operacionalização da transferência destas áreas funcionais para a ENMC.

## **B. Programa de atividades para 2015**

### **Enquadramento**

O presente documento foi elaborado tendo por base a publicação, em 16 de Dezembro de 2013, do Decreto-lei n.º 165/2013 que transpõe para o quadro legislativo português, a diretiva 2009/119 EC de 14 de Setembro de 2009. Esse diploma renomeou a anterior EGREP em ENMC e nela centralizou competências nas áreas dos combustíveis, biocombustíveis e pesquisa e exploração de produtos petrolíferos, anteriormente atribuídas à Direção-geral de Energia e Geologia-DGEG e ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia-LNEG. Em 29 de agosto, foram publicadas as respetivas leis orgânicas, aguardando-se a publicação da portaria que formalize a operacionalização da transferência dessas competências para a ENMC, E.P.E.

Assim, a ENMC, E.P.E., para além das competências de ECA que já detinha e que estão refletidas na Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) deterá 3 novas áreas de responsabilidade, designadamente:

1. Petróleo bruto, produtos de petróleo, GPL canalizado e biocombustíveis, previstas nas alíneas e), k), l), n) e o) do n.º 2 do artigo 2.º do Decreto- Lei n.º 151/2012, de 12 de julho, designadamente a promoção da segurança de abastecimento e as matérias previstas nos artigos 24.º e 25.º do Decreto- Lei n.º 31/2006, de 15 de fevereiro, a monitorização do mercado de carburantes, a defesa dos consumidores, a promoção da segurança técnica e da qualidade dos carburantes, o registo de comercializadores de produtos de petróleo, o acompanhamento da evolução do mercado interno de energia e de outros mercados regionais, a constituição de um acervo documental atualizado que possibilite o conhecimento das características e perspetivas de desenvolvimento do setor petrolífero e a participação na definição das políticas de promoção dos biocombustíveis e outros combustíveis renováveis;
2. Biocombustíveis, previstas, no que respeita à DGEG, no artigo 7.º do Decreto -Lei n.º 62/2006, de 21 de março, no Decreto -Lei n.º 49/2009, de 26 de fevereiro, e no Decreto -Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, alterado pelos Decretos -Leis n.ºs 6/2012, de 17 de janeiro, e 224/2012, de 16 de outubro, e respetiva regulamentação, e, no que respeita ao Laboratório Nacional de Energia e



Geologia, I.P. (LNEG, I.P.), as relativas à coordenação do processo de verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis, previstas no artigo 20.º do Decreto -Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, alterado pelos Decretos -Leis n.ºs 6/2012, de 17 de janeiro, e 224/2012, de 16 de outubro, e na Portaria n.º 8/2012, de 4 de janeiro.

3. Prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de recursos petrolíferos, na aceção da alínea a) do artigo 3.º do Decreto- Lei n.º 109/94, de 26 de abril, previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 194/2013, de 28 de maio.

Assim, para 2015, perspetivam-se as seguintes **atividades para a URP** e para as outras **3 unidades operacionais** acima referidas, bem como diversas ações transversais que irão dar sustentabilidade organizacional à ENMC, e potenciar as sinergias decorrentes da integração destas competências:

### **B1 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)**

1. Conclusão da revisão de contratos de armazenagem;
2. Conclusão da implementação da nova arquitetura de sistemas de informação da ENMC, quer do sítio da internet, quer da intranet, nomeadamente finalização de todas as funcionalidades do Balcão Único do operador, reporte DGEG e União Europeia, restantes desenvolvimentos que se pretende para a simplificação de informação e relações com a Administração Pública, através do completo desenvolvimento de todas as suas funcionalidades. Desenhar e implementar o processo de licenciamento e de comunicação total com a ENMC utilizando processos de *work-flow*, permitindo, assim, que o novo operador saiba em que fase está o seu processo em qualquer momento;
3. Consolidação das mudanças efetuadas na constituição e cedência de reservas;
4. Estudar novas formas de financiamento suplementar para aquisição de mais reservas;
5. Conclusão do processo de formalização da adenda ao contrato com o Ministério da Defesa Nacional, que permitirá à ENMC investir/orçamentar diretamente o depósito POL-NATO Lisboa, investimento este a deduzir na renda anual paga pelo uso do parque;
6. Entrada em produção da Intranet da ENMC para substituição do controlo das reservas, e controlo de gestão efetuado em folha de *excel*, bem como agilizar todas as ferramentas de gestão interna, nomeadamente a execução do plano trienal, orçamento e controlo orçamental mensal por um *software* próprio desenvolvido em *'opensource'*. Desta forma a ENMC assegura a existência dos necessários sistemas de informação adequados aos desenvolvimentos de todos os seus trabalhos, com maior celeridade e resistência ao erro.

### **B2 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UP)**

#### **Criação de Portal dos Combustíveis - CRM**

1. Balcão único do operador para as relações com a Administração Pública (licenciamento, instalação, registo, comunicação com a ENMC utilizando processos de *work-flow*, etc.);
2. Prestação de 1 única informação estatística e de controlo, válida para estatística, Eurostat, UE, biocombustíveis, reservas e informação pública;
3. Relação *on-line* com operadores;
4. Gestores de conta de operador;
5. Informação de preço de referência diário, semanal e mensal dos combustíveis rodoviários e GPL;
6. Informação sobre os preços atualizado de venda ao público de combustíveis rodoviários e gás engarrafado;
7. Informação sobre preços e perspetivas de evolução de preços internacionais;

#### **Revisão do DL 31/2006 Sistema Petrolífero Nacional**

1. Regular acesso às instalações logísticas petrolíferas;
2. Regular contratos de ‘*processing*’;
3. Facilitação de instalações de operadores e temas de concorrência;
4. Regular acesso de terceiros a estações de enchimento de botijas;
5. Regular o acesso a ramais de distribuição de gás a granel ao consumidor final.

#### **GPL**

1. Facilitar a venda de botijas de “marca branca” na grande distribuição;
2. Regular relações entre operadores da cadeia logística das botijas;
3. Facilitar as importações de GPL;
4. Diminuir barreiras à entrada de produto e operadores no mercado do GPL;

#### **Qualidade e Quantidade**

1. Realizar auditorias de qualidade dos combustíveis através da colheita de amostras para análise laboratorial;
2. Realizar auditorias métricas de quantidade de produto vendido;
3. Fiscalizar os operadores do SPN;
4. Divulgar os resultados das auditorias;

#### **Defesa do Consumidor**

Na sequência da celebração, em 2014, de um protocolo com a Direção Geral do Consumidor (DGC) e com a Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), a ENMC E.P.E. inscreveu-se na RTIC - Rede Telemática de Informação Comum, por forma a assegurar o registo das reclamações e a resposta ao cidadão reclamante por via eletrónica e em tempo.

Para 2015, está prevista a entrada em pleno funcionamento desta aplicação informática na ENMC E.P.E, através do portal, assumindo, desta forma e em pleno, esta competência legal, o que implica o reforço de meios para assim dar plena execução aos legítimos ensejos dos consumidores, respondendo, em tempo, às reclamações apresentadas.

Por outro lado, e no mesmo plano, é intenção da ENMC, em 2015, promover ações de sensibilização e de fiscalização junto dos operadores do SPN em conjunto com outras entidades com competência na matéria, como sejam as entidades licenciadoras e fiscalizadoras das matérias que envolvem a atividade dos operadores de mercado de combustíveis.

### ***B3 - Unidade de Biocombustíveis (UB)***

1. Verificar metas de incorporação;
2. Transferência da Entidade Certificadora de Sustentabilidade;
3. Facilitar as regras de sustentabilidade para todos os operadores;

### ***B4 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Petróleo e Gás Natural (UPEP)***

1. Aumentar a atratividade de Portugal para a instalação e concessão de lotes para PEP;
2. Propor um novo contrato-tipo para PEP;
3. Maior divulgação e informação das potencialidades portuguesas para PEP;
4. Apoiar e fomentar a discussão sobre o mar, mantendo e afirmando as especificidades próprias da PEP;
5. Maior controlo sobre as atuais concessões e perfurações agendadas;
6. Transposição da Diretiva Europeia sobre exploração *off-shore*;

### ***B5 - Institucional e transversal***

1. Reorganização da ENMC com todas as suas novas competências e obtenção dos recursos humanos necessários;
2. Mudança para as novas instalações em articulação com a DGEG e a ADENE;
3. Protocolos com a DGEG, ADENE, AT, LNEG, DGC;
4. Obter a isenção de IRC para a ENMC, a exemplo do enquadramento fiscal das congéneres europeias da ENMC;
5. Relacionamento Internacional, nomeadamente promover uma maior relação com os parceiros e congéneres europeus da ENMC;
6. Participação nas discussões na UE sobre os temas da ENMC;
7. Criação e publicitação dos modelos e contratos-tipo da ENMC, para a compra e venda de reservas, celebração de contratos para a manutenção à sua ordem de produtos de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que sejam propriedade de terceiros (*tickets*) e aquisição de armazenagem, a exemplo de outras congéneres europeias (vide a congénere belga - APETRA);

**A - Análise do ano de 2014 - ENMC/Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)**
**1. Mercado**

O ano em curso evidencia uma diminuição relativamente ao ano anterior das introduções no consumo de todos os produtos sujeitos a obrigação de reservas.<sup>3</sup>

Cat	2012		2013		2014		▲% Est.2014/ Real 2013
	Orç.	Real	Orç.	Real	Orç.	Estimado	
A	1.162.611	1.121.329	1.093.729	1.099.634	1.083.226	1.083.875	-1,4%
B	5.947.968	5.611.942	5.590.849	5.564.988	5.510.351	5.532.776	-0,6%
Outros	1.094.740	1.027.364	966.748	848.012	846.300	780.035	-8,0%

As introduções ao consumo reais de 2013 servem de base ao cálculo das reservas dos operadores obrigados para o 1º trimestre de 2015.

As introduções ao consumo estimadas para 2014 servirão de base ao cálculo das reservas para o 2º, 3º e 4º trimestres de 2015 dos operadores obrigados.

**2. Resultados ENMC- URP**

A evolução prevista para os resultados da URP é a seguinte:

	Resultados ENMC 2014		▲	Est. 14/Orç.14	
	Orçamento 2014	Estimado 2014		K €	%
Vendas		50.432		50.432	
Prestação de Serviços	25.978	27.393		1.415	5%
Outros Proveitos					
Total de Proveitos	25.978	77.825		51.847	200%
CMVC		23.002		23.002	
Custos Operacionais	24.650	26.964		2.314	9%
Custos Exercícios Anteriores		1.339		1.339	
Custos Financeiro Líquidos					
	1.319	848		-471	-36%
Total Custos	25.969	52.153		26.184	101%
Resultados antes de impostos	10	25.672		25.662	

A conta de exploração da ENMC estimada para final de 2014 está fortemente influenciada por diversos aspetos:

- o operação de troca de ramas de crude, designadamente a operação de venda da rama Ural remanescente de 83,6kton situado na Alemanha e utilização da totalidade do produto desta venda para compra de rama *Basrah Light*;

<sup>3</sup> A estimativa das introduções ao consumo para a totalidade do ano de 2014 resultam de 9 meses reais (Jan/Set) e as estimativas solicitadas aos operadores para os últimos 3 meses do ano.

- venda de 3.000 ton de gás butano através de concurso público a levantar durante os meses de Outubro a Dezembro à razão de 1000 ton/mês;
- eliminação da especialização do custo para o fundo estatutário que tinha sido orçamentado para 2014;
- constituição de provisão no exercício para acomodar IRC a liquidar de 2009, 2010, 2011 e estimativa da correção do imposto IRC de 2013 (correção do fundo estatutário) - 3,2M€;
- custos de exercícios anteriores (1,3M€), maioritariamente de 2013 (1,0M€), não incluído na prestação unitária calculada para 2014 na medida em que se referem a custos logísticos da operação de venda de crude Ural situado na Alemanha realizada no final do ano transato que permitiu liquidar o empréstimo de curto prazo, a OET, obtida junto do IGCP em Junho de 2013 e que foi utilizado para liquidar o *swap* de cobertura de risco de taxa de juro associado ao empréstimo obrigacionista.

Variação Estimativa/Orçamento 2014 (K€)						
			Orç 2014	Est 2014	Valor	Δ %
Armazenagem			14.361	16.687	2.326	16
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)			6.720	6.032	-688	-10
<b>Tot. Armazenagem</b>			<b>21.081</b>	<b>22.719</b>	<b>1.638</b>	<b>8</b>
Outros FSE			647	675	28	4
Pessoal			497	321	-176	-35
Amortizações			64	30	-34	-53
Dotação Fundo Estatutário			2.361	0	-2.361	-100
Provisões				3.219	3.219	100
Custos exercícios anteriores				1.339	1.339	100
Custos operacionais			24.650	28.303	3.653	15
Custos financeiros líquidos			1.319	848	-471	-36
<b>Custos Totais</b>			<b>25.969</b>	<b>29.151</b>	<b>3.182</b>	<b>12</b>

A conta de exploração apresentada abaixo foi expurgada da operação de compra e venda de crude, designadamente das rubricas de vendas e CMVC por forma a retirar o seu efeito na conta de resultados e permitir obter o resultado final antes de impostos que serão imputados aos operadores.

	Resultados ENMC 2014		Est. 14/Orç. 14	
	Orçamento 2014	Estimado 2014	K €	%
Vendas				
Prestação de Serviços	25.978	27.393	1.415	5%
Outros Proveitos				
<b>Total de Proveitos</b>	<b>25.978</b>	<b>27.393</b>	<b>1.415</b>	<b>5%</b>
CMVC				
Custos Operacionais	24.650	26.964	2.314	9%
Custos Exercícios Anteriores		1.339	1.339	
Custos Financeiro Líquidos				
	1.319	848	-471	-36%
<b>Total Custos</b>				
<i>Excluindo Custo CMVC</i>	25.969	29.152	3.183	12%
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>10</b>	<b>-1.758</b>	<b>-1.768</b>	

Na verdade o prejuízo constante da conta de resultados expurgada (-1.758K€), será repassado para os operadores na prestação a cobrar no próximo exercício de 2015.

De realçar que, para este resultado, contribuiu:

- o desvio desfavorável dos encargos com armazenagem, que decorrem essencialmente da capacidade de armazenagem contratada na Alemanha até Junho (previa pagamento da sua totalidade) e dos novos produtos adquiridos em 31 de março, com o crédito detido sobre a Petrogal e subsequente armazenamento;
- a constituição da provisão para impostos e
- a contribuição do custo de exercícios anteriores não recuperados em 2014.

Por outro lado, tem-se um desvio favorável na prestação de serviços de manutenção de reservas explicado pelo fato da ENMC ter conseguido ceder mais reservas aos operadores principalmente no segundo semestre relativamente às reservas médias orçamentadas, conforme se indica no quadro abaixo:

	<i>Proveitos ( K €)</i>		
	Orçamentado	Estimado	Desvio
<b>TOTAL</b>	25.978	27.393	1.415

O resultado por produto pode ser analisado conforme segue:

<b>Cat.</b>	<i>Resultado por Produto ( KT)</i>
A	-280
B	-1.300
Outros	-178

### 3. Reservas

A posição das reservas da ENMC tem seguido uma lógica trimestral, considerando a obrigação de reservas para 2014. Neste sentido, a ENMC tem apresentado um conjunto de reservas físicas, relativamente estável, ao longo dos 4 trimestres e tem realizado, trimestralmente, contratos de manutenção (tickets) com terceiros por forma a ajustar às necessidades de reservas dos operadores obrigados.

#### 3.1 Reservas Físicas - 4º trimestre (deduzido de 10% dos fundos de tanque)

<b>Categoria</b>	<b>QDE (K Ton)</b>	<b>QDE (K Ton Coe)</b>	<b>Dias</b>
<b>A - Gasolina</b>	46.260	49.267	
<b>B - Gasóleo</b>	268.092	285.518	
<b>C - Outros</b>	45.900	48.884	
<b>Crude</b>	484.274	464.903	
<b>Totais</b>	<b>844.526</b>	<b>848.571</b>	

3.2 Reservas efetuada com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets) - 4º trimestre

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina		0	
B - Gasóleo	61.900	65.924	
C - Outros	10.000	10.650	
Crude	334.500	321.120	
<b>Totais</b>	<b>406.400</b>	<b>397.693,50</b>	<b>18,1</b>

Contratação de Tickets em 2014:

ENMC - TICKETS				
Q.	Armazenagem	Produto		
		Tipo	Toneladas	COE
1. 2014	Portugal	Crude	191 595,143	183 931,34
		Crude	121 000,000	116 160,00
	<b>TOTAL Q1</b>		<b>312 595,14</b>	<b>300 091,34</b>
2. 2014	Portugal	Crude	156 250,000	150 000,00
	Holanda	Crude	40 000,000	38 400,00
	Portugal	B	2 500,000	2 662,50
	<b>TOTAL Q2</b>		<b>198 750,00</b>	<b>191 062,50</b>
3. 2014	Holanda	Crude	50 000,000	48 000,00
	Portugal	Crude	187 500,000	180 000,00
	Alemanha	Crude	70 000,000	67 200,00
	Belgica	B	70 000,000	74 550,00
	Portugal	B	2 500,000	2 662,50
	<b>TOTAL Q3</b>		<b>380 000,00</b>	<b>372 412,50</b>
4. 2014	Holanda	B	30 000,00	31 950,00
	Holanda	C	30 000,00	31 950,00
	Portugal	Crude	10 000,00	9 600,00
	Holanda	C	10 000,00	10 650,00
	Holanda	Crude	12 000,00	11 520,00
	Portugal	B	1 900,00	2 023,50
	Portugal	Crude	312 500,00	300 000,00
	<b>TOTAL Q4</b>		<b>406 400,00</b>	<b>397 693,50</b>

### 3.3 Reservas Totais

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	46.260	49.267	
B - Gasóleo	329.992	351.442	
C - Outros	55.900	59.534	
Crude	818.774	786.023	
<b>Totais</b>	<b>1.250.926</b>	<b>1.246.266</b>	<b>56,8</b>

#### 4. Qualidade das reservas de produtos

A manutenção da qualidade das reservas armazenadas com a PETROGAL constitui responsabilidade contratual da depositária. Quanto aos *stocks* de gasóleo armazenados no DPNL, após a rotação efetuada os parâmetros de qualidade (média ponderada) eram os seguintes:

	Especificações		Média ponderada dos parâmetros
	Min.	Max.	
Density (15°C) kg/m <sup>3</sup>	820,0	845,0	840,0
Flash point ° C	55,0		73,3
Water Karl Fisher % m/m		0,02	0,005
Rec at 250° C % v/v		65,0	30,5
Rec at 350° C % v/v	85,0		97,1
95% recovered ° C		350,0	356,4
Cetane index calculated	46,0		52,0
Appearance			B&C
Colour			Yellow
Total contamination mg/kg		24,0	6,2

Constata-se que os parâmetros de qualidade observam as especificações legais em vigor.

## ORÇAMENTO PARA 2015

### Ponto prévio

O presente orçamento de 2015 foi desenvolvido de acordo as instruções da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF) sobre os Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG's) rececionada em 03 de dezembro p.p. e com dados indicados pelos operadores em Outubro bem como nova informação previsional ajustada que justificam a diferença global de menos 6,3 M€ para o Orçamento formalizado no Sistema do Orçamento de Estado (SOE) em Agosto pp.



A diminuição deve-se fundamentalmente (94%) à diminuição de custos previstos com armazenagem e aquisição de contratos de manutenção à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (*tickets*).

Regista-se, também, um ligeiro acréscimo de custos com pessoal, honorários e serviços especializados nas novas unidades/áreas de competências da ENMC.

### Pressupostos

Os pressupostos macroeconómicos resultam da informação constante das instruções de elaboração dos IPG's indicado em Ofício circular emanado pela DGTF no âmbito da elaboração do Orçamento para 2015.

Os pressupostos microeconómicos são obtidos através de informação interna e junto dos operadores, designadamente, cotações dos produtos, custo de delegação dos contratos de manutenção (*tickets*) e custo unitário de armazenagem.

O pressuposto com a evolução mais relevante é o decréscimo global do custo unitário de armazenagem.

## B - Orçamento para 2015 - Unidade de Reservas Petrolíferas (URP)

O cenário base assenta no pressuposto de que a ENMC, para além dos 30 dias de reservas estratégicas, constitui para todos os pequenos operadores os 60 dias até o cumprimento da Obrigação Nacional, e de que as reservas remanescentes serão rateadas pelos grandes operadores, resultando assim na recuperação total dos custos da ENMC.

### 1. Mercado

Com base nas introduções no consumo reais efetuadas pelos operadores obrigados de Janeiro a Setembro e a suas projeção das introduções nos meses de Outubro a Dezembro de 2014 que serve de base ao cálculo das reservas dos operadores para o segundo, terceiro e quarto trimestres de 2015, as reservas físicas e de contratos de manutenção à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (*tickets*) garantem a seguinte cobertura em dias:

#### 1.1 Reservas Físicas (deduzido de 10% de fundos de tanque):

Categoria	QDE (KTon)	QDE (Kton Coe)	Dias
A - Gasolina	46.260	49.267	
B - Gasóleo	268.092	285.518	
C - Outros	45.900	48.884	
Crude	484.274	464.903	
<b>Totais</b>	<b>844.526</b>	<b>848.571</b>	<b>39,3</b>

1.2 Reservas a efetuar com base na celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (Tickets)

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	15.000	15.975	
B - Gasóleo	25.000	26.625	
C - Outros			
Crude	205.100	196.896	
<b>Totais</b>	<b>245.100</b>	<b>239.496</b>	<b>11,1</b>

A aquisição de 245,1 KTon Coes em produto e crude, através da celebração de contratos de manutenção, à ordem da ENMC, de produtos de petróleo ou de petróleo bruto que são propriedade de terceiros (tickets), reduziu para 11 dias a cobertura de reservas.

1.3 Reservas Totais

Categoria	QDE (KTon)	QDE (KTon Coe)	Dias
A - Gasolina	61.260	65.242	
B - Gasóleo	293.092	312.143	
C - Outros	45.900	48.884	
Crude	689.374	661.799	
<b>Totais</b>	<b>1.089.626</b>	<b>1.088.068</b>	<b>50,4</b>

2. Evolução dos custos da ENMC/URP

Custos Orçamentados para 2015 (K€)				
		2014	2015	Δ %
Armazenagem		16.687	13.852	-17
Tratamento gasoleo Polnato			1.500	100
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)		6.032	3.529	-41
<b>Tot. Armazenagem</b>		<b>22.719</b>	<b>18.882</b>	<b>-17</b>
Outros FSE		675	1.367	103
Pessoal		321	637	98
Amortizações		30	103	246
Dotação Fundo Estatutário		0	2.182	100
Provisões		3.219	500	100
Custos exercícios anteriores		1.339		-100
Custos operacionais		28.302	23.670	-16
Custos financeiros líquidos		848	328	-61
<b>Custos Totais</b>		<b>29.151</b>	<b>23.999</b>	<b>-18</b>

A estimativa para os custos de armazenagem evidencia uma redução de 3,8M€ (-17%) relativamente a custos de armazenagem estimados para 2014 e decorre:

- da renegociação do custo dos contratos de armazenagem designadamente com a Petrogal (-1,7M€);
- da redução do custo associado à aquisição de tickets (-2,5M€);
- da inexistência de custos de armazenagem do crude no exterior - a rama Ural foi “trocada” por rama *Basrah Light* e armazenada na Petrogal (-1,1M€);
- da orçamentação de um valor de +1,5M€ para o tratamento do gasóleo oxidado armazenado no Pol Nato.

Globalmente, os custos de armazenagem continuam a representar uma fatia considerável dos custos totais: cerca de 76%.

Os restantes Fornecimentos e Serviços Externos, registam um aumento significativo - 103% (+693K€) - justificados por novos serviços associados à reestruturação em curso para uma organização mais expressiva em dimensão e dotada de novas competências, nomeadamente: auditoria aos postos de combustível (+300K€), manutenção dos preços de referência (+30K€), formação (+36K€), organização de eventos (+60K€) entre outros.

Os custos orçamentados com o pessoal preveem uma duplicação (+316K€, +98%) assente na transferência de funcionários oriundos da DGEG e LNEG. O número do quadro de pessoal passou a 8 pessoas por comparação com os anteriores 3 (de notar que no 4º trimestre de 2014 entraram mais 5 funcionários).

Por outro lado, deverá ser processado um ajustamento do nível salarial para os órgãos sociais equivalente a empresas do Setor Público de igual dimensão.

O aumento previsível para as amortizações prende-se sobretudo com o investimento em instalações (+250K€), a aquisição de 1 viatura a afetar aos serviços gerais (os novos serviços de fiscalização aos postos de combustível assim o exigem ±15K€), e restante investimento na nova Plataforma tecnológica (+7K€).

Foi devidamente ponderada e decidida a intenção de voltar a reforçar a dotação para o fundo estatutário previsto no nº 4 do artigo 20º dos estatutos da ENMC (Anexo V ao Decreto-lei nº 165/2013).

Para esta decisão contribuiu a convicção de que será desenvolvida legislação específica para matérias de competência fiscal por forma a enquadrar, neste âmbito, os estatutos da ENMC.

Relembra-se que a constituição deste fundo é obrigatória, sendo os montantes e ritmo decorrentes do planeamento da ENMC. O objetivo da lei é que o saldo do mesmo venha a atingir o mínimo de 25% do custo de aquisição das reservas.

Foi igualmente decidido que seria prudente criar uma provisão para impostos (IRC) para cobrir eventual tributação adicional de exercícios anteriores (500K€).

A evolução dos custos financeiros líquidos relativamente a 2014 resulta da combinação de uma taxa Euribor a 6 meses ligeiramente inferior e menores taxa de remuneração das disponibilidades. A ENMC está obrigada a aplicar os seus excedentes de tesouraria no IGCP, cujas taxas de remuneração, inferiores às de mercado, têm vindo a sofrer acentuada redução.

De realçar, que a ENMC respeita o princípio de Unidade de Tesouraria, detendo duas contas à ordem - na CGD e Cx BI - com saldos meramente residuais e que se destinam, respetivamente, a gerir o fundo fixo de caixa e para recebimento dos juros do empréstimo obrigacionista aos dois Bancos: DEXIA SABADELL e DEUTSCHE PFANDRIEFBANK.

	ENMC/URP 2015		Est. 14/Orç.15	
	EST 2014	ORÇ 2015	K €	%
Vendas	50.432	0	-50.432	
Prestação de Serviços	27.393	24.024	-3.369	-12%
Outros Proveitos				
Total de Proveitos	77.825	24.024	-53.801	-69%
CMVC	23.002	0	-23.002	
Custos Operacionais	26.964	23.671	-3.293	-12%
Custos Exercícios Anteriores	1.339	0	-1.339	
Custos Financeiro Líquidos	848	328	-520	-61%
Total Custos	52.153	23.999	-28.154	-54%
Resultados antes de impostos	25.672	25	-25.647	

### 3. Demonstrações de Resultados - URP

	(k€)			
	2015	2014	VAR 15/14	
<b>RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS</b>				
Venda de produtos	0	50.432	-50.431,8	-100%
Prestação de serviços	24.024	27.393	-3.369,4	-12%
Rendimentos suplementares	0	0		
Trabalhos para a própria empresa	0	0		
Acréscimo de ganhos	0	0		
<b>TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS</b>	<b>24.024</b>	<b>77.825</b>	<b>-53.801,3</b>	<b>-69%</b>
<b>GASTOS OPERACIONAIS</b>				
CMVC	0	23.002	-23.002,2	-100%
Fornecimentos e serviços externos				
Subcontratos	18.882	22.719	-3.837,6	-17%
Outros FSE	1.367	675	692,6	103%
Gastos com pessoal	637	321	315,8	98%
Amortizações	103	30	73,3	246%
Provisões	500	3.219	-2.719,3	-84%
Impostos indirectos	0	0		
Dotação p/ fundo estatutário	2.182	0	2.181,7	
<b>TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>	<b>23.670</b>	<b>49.966</b>	<b>-26.295,7</b>	<b>-53%</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>354</b>	<b>27.859</b>	<b>-27.505,6</b>	<b>-99%</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	688	741	-52,5	-7%
Outros juros obtidos e proveitos similares	0	0		
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0		
Diferenças de câmbio favor. e outros ganhos fin.	0	0		
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0		
Diferenças de câmbio desfavor. e outros perd fin.	0	0		
Juros suportados e custos similares	1.017	1.589	-572,2	-36%
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>-328</b>	<b>-848</b>	<b>519,6</b>	<b>-61%</b>
ganhos de exercícios anteriores	0	0		
perdas de exercícios anteriores	0	1.339	-1.338,9	-100%
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>25</b>	<b>25.672</b>	<b>-25.647,0</b>	
Imposto sobre o rendimento do exercício	684	4.382	-3.698,0	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-659</b>	<b>21.290</b>	<b>-21.949,0</b>	

#### Proveitos

Os proveitos da URP atingem os 24,02M€ e são obtidos pela quantidade de reservas da ENMC cedida a cada operador obrigado multiplicado pela prestação unitária que ora se orçamenta.

As prestações são destinadas a assegurar, em termos orçamentais, a recuperação dos custos totais da ENMC e equivalem ao quociente entre custos totais da ECA, distribuído por categoria de produto, e a quantidade total de reservas (físicas mais contratos de manutenção/tickets) em posse de ENMC, distribuída por produto.

De realçar que a redução dos custos totais tem reflexo direto na redução das prestações unitárias e dos próprios proveitos considerando que o resultado final objetivado é tendencialmente nulo.

(K€)	2014	2015
Activos intangíveis		
Activos tangíveis	247	519
Investimentos financeiros	10.100	10.100
Amortizações	118	221
	<b>10.229</b>	<b>10.398</b>
GPL	2.175	2.175
Gasolina	24.143	24.143
Gasóleo	169.058	169.058
Fuel óleo	21.091	21.091
Crude	159.041	159.041
	<b>375.508</b>	<b>375.508</b>
Clientes c/c	391	328
Estado	10.849	8.987
Outros devedores		
	<b>11.240</b>	<b>9.314</b>
Aplicações de tesouraria		4.000
acréscimo de rend de aplicações	386	386
Depósitos bancários	2.777	4.514
Caixa	1	1
	<b>2.778</b>	<b>4.515</b>
Devedores e credores por acréscimos	4.873	2.693
Gastos a reconhecer	28	28
	<b>4.901</b>	<b>2.721</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>405.041</b>	<b>406.844</b>
Capital estatutário	250	250
Reservas livres		
Reservas estatutárias - Fundo c) artº5º DL 339-D/2001	13.794	15.976
Resultados transitados	-3.517	17.773
Capital + reservas	<b>10.527</b>	<b>33.998</b>
Resultado líquido	21.290	-659
	<b>31.817</b>	<b>33.339</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>31.817</b>	<b>33.339</b>
Fundo de Provisão		
Provisões para impostos	3.219	
Outras provisões		
Empréstimo p/ obrigações	360.002	359.642
Empréstimos bancários		
Fornecedores c/c	884	884
Fornecedores de imob c/c	0	0
Estado	5.501	9.370
Outros credores	52	41,2
	<b>6.438</b>	<b>10.296</b>
Credores por acréscimos de gastos	3.566	3.566
	<b>3.566</b>	<b>3.566</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>373.225</b>	<b>373.504</b>
<b>TOTAL CAP.PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>405.041</b>	<b>406.844</b>

Em termos patrimoniais, os saldos apresentados nas rubricas do Balanço em 2014 e 2015 não contemplam grandes variações e refletem essencialmente:

- um aumento dos ativos tangíveis em função do investimento previsto para 2015;
- a manutenção da estabilidade do inventário físico de reservas;
- saldos elevados na rubrica Estado (Ativo) associado por um lado aos impostos exigidos pela Autoridade Tributária: IRC, PC e, na rubrica Estado (Passivo) devido à estimativa de imposto estimado para o exercício de 2014;
- transferência de resultados líquidos de 2014 para a rubrica de resultados transitados (em sede de orçamento já que eventualmente transitarão para rubrica de reservas livres como referem os estatutos - esta recomposição não afeta a composição do capital próprio).

(K€)	2014	2015 ORÇ.
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	34.042	26.254
IVA de clientes	7.830	6.038
Pagamentos a fornecedores	1.564	1.067
IVA a fornecedores	360	245
Pagamentos a fornecedores S/ IVA	25.302	19.182
Despesas com pessoal	176	494
TSU da empresa + IRS retido (s/ remunerações)	137	143
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>14.334</b>	<b>11.162</b>
Recebimento do imposto s/rendimento	0	6.272
Pagamento do imposto s/ rendimento	22.391	4.625
Outros recebimentos	0	0
Outros pagamentos	0	0
IVA recebido(regularizações)	0	0
IVA pago(regularizações)	7.979	5.876
<b>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>-30.370</b>	<b>-4.230</b>
Recebimentos extraordinários	0	0
Pagamentos extraordinários	0	0
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-16.036</b>	<b>6.932</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos de:		
Vendas de reservas	1.675	0
Juros de aplicações e proveitos similares	548	516
Pagamentos de:		
Reservas adquiridas	80	0
Imobilizações corpóreas	0	272
IVA	27	63
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>2.116</b>	<b>182</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos de:		
Empréstimos obtidos	0	0
Capital e aumentos de capital	0	0
Pagamentos de:		
Juros de emp de curto prazo, I.S. e outros custos fin	0	0
Juros de emp de médio/longo prazo	1.607	1.376
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-1.607</b>	<b>-1.376</b>
<b>VARIAÇÃO NO PERÍODO</b>	<b>-15.527</b>	<b>5.738</b>
<b>SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>18.304</b>	<b>2.778</b>
<b>SALDO NO FIM DO PERÍODO (antes de aplicações)</b>	<b>2.778</b>	<b>8.515</b>
<b>APLICAÇÕES DE TESOURARIA</b>		
montante inicial	27.200	10.100
constituição	68.300	16.000
desmobilização	85.400	12.000
montante final	10.100	14.100
montante indisponível a curto prazo (CEDIM)	10.100	10.100
montante disponível	0	4.000
<b>SALDO NO FIM DO PERÍODO (depois de aplicações)</b>	<b>2.778</b>	<b>4.515</b>

A evolução dos fluxos de tesouraria de 2014 para 2015 reflete globalmente a quebra dos fluxos de recebimento bem como dos fluxos de pagamento apenas com uma exceção: recebimento líquido do Estado devido ao saldo favorável entre reembolso dos pagamentos por conta do ano anterior e o pagamento de IRC previsto para 2014.

Para 2015, era importante que a ENMC pudesse contar com um novo enquadramento fiscal, em sede de IRC, que, pelo caráter específico da sua atividade, a isentasse de impostos sobre mais-valias e reconhecesse como custo o fundo estatutário, conforme o espírito dos estatutos relativamente a esta matéria.

## 6. Comparação dos custos da URP/ECA (€/Coe) - Prestações Unitárias

Para melhor compreensão e comparação, apresenta-se também o custo €/mês/Ton de 2014:

<i>Custo Unitário (€/Tcoe/mês)</i>				
Categoria	2014	2015	2014/2015	
			▲	%
Gasolina	2,29	2,11	-0,18	-8%
Gasóleo	2,06	1,99	-0,07	-3%
Outros	1,82	1,65	-0,17	-9%

As prestações da URP - Unidade de Reservas Petrolíferas enquanto ECA - Entidade Central de Armazenagem, acima indicadas resultam da soma de 3 parcelas:

- Recuperação dos custos totais;
- Dotação para o fundo estatutário previsto no nº 4 do artigo 20º dos estatutos da ENMC (Anexo V ao Decreto-lei nº 165/2013);
- Recuperação de perdas do exercício anterior;
- Constituição de provisão para impostos (IRC).

Assim, as prestações propostas para 2015 podem analisar-se de acordo com a seguinte discriminação que fundamenta a sua formação:

Categoria	<i>Componentes do Custo Total ECA (€/Tcoe)</i>			
	Custos	Fundo estatutário	Recuperação de Perdas	TOTAL
Gasolina	3.485	349	280	4.114
Gasóleo	16.355	1.635	1.300	19.290
Outros	1.977	198	177	2.352

### C. Orçamento para 2015 - Plano de Reestruturação: Restantes Unidades

No âmbito da reestruturação da ENMC, tendo em atenção as novas competências referidas nos pontos B2 a B4 do Plano de Atividades (I), bem como parte do ponto B5, têm a seguinte discriminação de receitas e custos previstos, bem como de recursos humanos, pelas seguintes áreas de competências:

#### C.1 - Unidade de Produtos Petrolíferos (UP):

- Estão previstos proveitos de 500,0K€.



- Custos com Fornecimentos e serviços terceiros: 740,2K€, essencialmente das auditorias de qualidade dos combustíveis, a promover junto dos postos de abastecimento, conforme acordos europeus.
- Custos com Pessoal: 95,4K€, composto por 2 funcionários.

### C.2 - Unidade de Biocombustíveis (UB):

- Receitas/Prestação de Serviços previstas na ordem dos 692K€, provenientes da cobrança de 1,2€/tonelada equivalente de petróleo (tep). É estimado uma produção anual de 576.666 tep.
- Custos com Fornecimentos e serviços terceiros: 237,2K€
- Custos com Pessoal: 107,5K€, composto por 2 funcionários.

### C.3 - Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos (UPEP):

- Receitas/Prestação de Serviços previstas na ordem dos 412,8K€, provenientes de taxas de consulta de informação (Decreto-Lei nº 109/1994) e venda de bens e serviços correntes (Decreto-Lei nº 139/2007), conforme média dos últimos 4 anos.
- Custos com Fornecimentos e serviços terceiros: 221,4K€, semelhante ao ano de 2014.
- Custos com Pessoal: 185,9K€, composto por 5 funcionários.

Por forma a clarificar os Ganhos e Gastos das 3 novas áreas de responsabilidade junta-se quadro sumário:

Unidade: K€												
RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS	UP			UB			UPEP			Total		
	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017	2015	2016	2017
Prestação de serviços	500	500	500	692	692	692	413	413	413	1.605	1.605	1.605
GASTOS OPERACIONAIS												
FSEs	740	740	740	237	237	237	221	221	221	1.199	1.199	1.199
Gastos com pessoal	95	95	95	108	108	108	186	186	186	389	389	389
Amortizações												
Custos Extraordinários												
<b>TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>	<b>836</b>	<b>836</b>	<b>836</b>	<b>345</b>	<b>345</b>	<b>345</b>	<b>407</b>	<b>407</b>	<b>407</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>
RESULTADOS FINANCEIROS												
<b>TOTAL GASTOS</b>	<b>836</b>	<b>836</b>	<b>836</b>	<b>345</b>	<b>345</b>	<b>345</b>	<b>407</b>	<b>407</b>	<b>407</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTO</b>	<b>-336</b>	<b>-336</b>	<b>-336</b>	<b>347</b>	<b>347</b>	<b>347</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>17</b>	<b>17</b>

## D. Orçamento para 2015 - Global - ENMC, E.P.E.

Na sequência do exposto, discriminam-se em seguida os custos globais orçamentados para a ENMC, E.P.E. (agregação dos custos da URP e das 3 novas unidades/áreas funcionais: UP, UB e UPEP):

Custos Orçamentados para 2015 (K€)					
			2014	2015	Δ %
Armazenagem			16.687	13.852	-17
Tratamento gasoleo Polnato				1.500	100
Contratos para a manutenção à sua ordem de PP ou de PB (Tickets)			6.032	3.529	-41
Tot. Armazenagem			22.719	18.882	-17
Outros FSE			675	2.566	280
Pessoal			321	1.026	219
Amortizações			30	103	246
Dotação Fundo Estatutário			0	2.182	100
Provisões			3.219	500	100
Custos exercícios anteriores			1.339		-100
Custos operacionais			28.302	25.258	-11
Custos financeiros líquidos			848	328	-61
<b>Custos Totais</b>			<b>29.151</b>	<b>25.587</b>	<b>-12</b>

### Custos

A diferença na composição de custos relativamente à estrutura de custos da URP encontra-se apenas nas rubricas seguintes:

- *Outros Fornecimentos e Serviços Externos* (que não Subcontratos): orçamentado globalmente em 2,6M€ (+280% que em 2014), justificado pelo facto de incluir serviços, honorários e trabalhos especializados das restantes unidades (UPEP, UP e UB).

Estas 3 unidades orçamentam um custo global de FSE´s de 1.199K€ das quais se podem destacar os mais importantes, por unidade:

- UPEP - 221,5K€, cujos valores mais significativos se referem a: rendas e alugueres (60K€), deslocações e estadas (36K€), honorários (37K€), comunicação (17K€), entre outros;
- UP - 740,2K€, distribuídos essencialmente por: trabalhos especializados (análises de qualidade a carburantes e colheitas - 660K€), honorários (60K€), entre outros;

- UB 237,2, distribuídos por: trabalhos especializados (72K€), deslocações e estadas (70K€), honorários (30K€), formação (30K€), entre outros.
- *Custos com o Pessoal*: orçamentado globalmente em 1,03M€ (+219% que em 2014), que inclui o pessoal adstrito a cada uma das novas unidades.

Assim, por unidade, tem-se:

- UPEP - 185,9K€, composto por 5 novos funcionários;
- UP - 95,4K€, composto por 2 novos funcionários;
- UB - 107,5K€, composto por 2 novos funcionários.

### *Proveitos*

Os proveitos da ENMC (25,6M€) são globalmente constituídos pelas prestações a pagar pelos operadores obrigados e que respondem apenas pelos custos da URP a que se somam os proveitos obtidos em cada uma das 3 novas unidades (+1,6M€), ou seja:

- UPEP: proveitos orçamentados em 413K€;
- UP: proveitos orçamentados em 500K€;
- UB: proveitos orçamentados em 692K€.

## 1. Demonstração de Resultados - ENMC, E.P.E.

	(k€)			
	2015	2014	VAR 15/14	
<b>RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS</b>				
Venda de produtos	0	50.432	-50.432	-100%
Prestação de serviços	25.629	27.393	-1.765	-6%
Rendimentos suplementares	0	0		
Trabalhos para a própria empresa	0	0		
Acréscimo de ganhos	0	0		
<b>TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS</b>	<b>25.629</b>	<b>77.825</b>	<b>-52.196</b>	<b>-67%</b>
<b>GASTOS OPERACIONAIS</b>				
CMVC	0	23.002	-23.002	-100%
Fornecimentos e serviços externos				
Subcontratos	18.882	22.719	-3.838	-17%
Outros FSE	2.566	675	1.891	280%
Gastos com pessoal	1.026	321	705	219%
Amortizações	103	30	73	246%
Provisões	500	3.219	-2.719	-84%
Impostos indirectos	0	0		
Dotação p/ fundo estatutário	2.182	0	2.182	
<b>TOTAL DE GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS</b>	<b>25.258</b>	<b>49.966</b>	<b>-24.708</b>	<b>-49%</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>371</b>	<b>27.859</b>	<b>-27.488</b>	<b>-99%</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	688	741	-53	-7%
Outros juros obtidos e proveitos similares	0	0		
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)	0	0		
Diferenças de câmbio favor. e outros ganhos fin.	0	0		
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas)	0	0		
Diferenças de câmbio desfavor. e outros perd fin.	0	0		
Juros suportados e custos similares	1.017	1.589	-572	-36%
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>-328</b>	<b>-848</b>	<b>520</b>	<b>-61%</b>
ganhos de exercícios anteriores	0	0		
perdas de exercícios anteriores	0	1.339	-1.339	-100%
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>42</b>	<b>25.672</b>	<b>-25.630</b>	
Imposto sobre o rendimento do exercício	689	4.382	-3.693	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-647</b>	<b>21.290</b>	<b>-21.937</b>	

A Demonstração de Resultados da ENMC, à exceção das diferenças indicadas acima em custos e proveitos, mantém as restantes rubricas inalteradas: amortizações, provisões, fundo estatutário e custos financeiros líquidos (custos financeiros do “Bond” deduzidos das aplicações financeiras).

A opção pela constituição de fundo estatutário para 2015, mantendo-se o enquadramento fiscal em sede de IRC, reflete-se na inclusão do correspondente imposto estimado do exercício, sendo que não se verificam, contudo, quaisquer alterações no que concerne ao resultado antes de impostos e às prestações unitárias.

O resultado líquido final apresenta-se positivo mas pouco expressivo.

	(K€)	2014	2015
Activos intangíveis			
Activos tangíveis		247	519
Investimentos financeiros		10.100	10.100
Amortizações		118	221
		10.229	10.398
GPL		2.175	2.175
Gasolina		24.143	24.143
Gasóleo		169.058	169.058
Fuel óleo		21.091	21.091
Crude		159.041	159.041
		375.508	375.508
Clientes c/c		391	328
Estado		10.849	9.059
Outros devedores			
		11.240	9.387
Aplicações de tesouraria			4.000
acrécimo de rend de aplicações		386	386
Depósitos bancários		2.777	4.461
Caixa		1	1
		2.778	4.462
Devedores e credores por acréscimos		4.873	2.827
Gastos a reconhecer		28	28
		4.901	2.855
<b>TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO</b>		<b>405.041</b>	<b>406.996</b>
Capital estatutário		250	250
Reservas livres			
Reservas estatutárias - Fundo c) artº 5º DL 339-D/2001		13.794	15.976
Resultados transitados		-3.517	17.773
Capital + reservas		10.527	33.998
Resultado líquido		21.290	-647
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>31.817</b>	<b>33.351</b>
Fundo de Provisão			
Provisões para impostos		3.219	
Outras provisões			
Empréstimo p/ obrigações		360.002	359.642
Empréstimos bancários			
Fornecedores c/c		884	884
Fornecedores de imob c/c		0	0
Estado		5.501	9.496
Outros credores		52	56,1
		6.438	10.436
Credores por acréscimos de gastos		3.566	3.566
		3.566	3.566
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>373.225</b>	<b>373.644</b>
<b>TOTAL CAP.PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>405.041</b>	<b>406.996</b>

O Balanço da ENMC espelha dados patrimoniais muito próximos do Balanço da URP sendo que as diferenças mínimas se identificam na rubrica Estado (Ativo e Passivo) e nas rubricas de disponibilidades.

### 3. Fluxos de Tesouraria - ENMC, E.P.E.

	2014	2015
(K€)		ORÇ.
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Recebimentos de clientes	34.042	27.725
IVA de clientes	7.830	6.377
Pagamentos a fornecedores	1.564	2.266
IVA a fornecedores	360	521
Pagamentos a fornecedores S/ IVA	25.302	19.182
Despesas com pessoal	176	804
TSU da empresa + IRS retido (s/ remunerações)	137	222
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>14.334</b>	<b>11.108</b>
Recebimento do imposto s/rendimento	0	6.272
Pagamento do imposto s/ rendimento	22.391	4.625
IVA recebido(regularizações)	0	0
IVA pago(regularizações)	7.979	5.876
<b>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>-30.370</b>	<b>-4.230</b>
Recebimentos extraordinários	0	0
Pagamentos extraordinários	0	0
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>-16.036</b>	<b>6.878</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimentos de:		
Investimentos financeiros	0	0
Imobilizações corpóreas	0	0
Vendas de reservas	1.675	0
Juros de aplicações e proveitos similares	548	516
Pagamentos de:		
Reservas adquiridas	80	0
Imobilizações corpóreas	0	272
IVA	27	63
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>2.116</b>	<b>182</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimentos de:		
Empréstimos obtidos	0	0
Capital e aumentos de capital	0	0
Pagamentos de:		
Juros de emp de curto prazo, I.S. e outros custos fin	0	0
Juros de emp de médio/longo prazo	1.607	1.376
<b>FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-1.607</b>	<b>-1.376</b>
<b>VARIAÇÃO NO PERÍODO</b>	<b>-15.527</b>	<b>5.684</b>
<b>SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO</b>	<b>18.304</b>	<b>2.778</b>
<b>SALDO NO FIM DO PERÍODO (antes de aplicações)</b>	<b>2.778</b>	<b>8.462</b>
<b>APLICAÇÕES DE TESOURARIA</b>		
montante inicial	27.200	10.100
constituição	68.300	16.000
desmobilização	85.400	12.000
montante final	10.100	14.100
montante indisponível a curto prazo (CEDIM)	10.100	10.100
montante disponível	0	4.000
<b>SALDO NO FIM DO PERÍODO (depois de aplicações)</b>	<b>2.778</b>	<b>4.462</b>

O mapa de fluxos de tesouraria da ENMC é muito semelhante ao mapa de fluxos de tesouraria da URP. Tanto os fluxos de operacionais de recebimento como os fluxos operacionais de pagamento são ligeiramente superiores sendo que saldo de final de período (4.462K€) é ligeiramente inferior ao saldo obtido na URP (4.515K€).

#### 4. Plano de Investimentos - ENMC, E.P.E.

O plano de investimentos plurianual tem subjacente a reestruturação que a ENMC levará a cabo em 2015, decorrente das novas competências que lhe foram cometidas através do Decreto-lei nº 165/2013, e que serão transferidas da DGEG e do LNEG após a publicação da portaria que operacionalizará essa transferência de forma a poder concluir a reorganização da ENMC.

Os investimentos serão todos efetuados com meios próprios e enquadrarão a mudança de instalações, para além do acréscimo de recursos humanos adequados para desenvolver as novas competências, bem como os respetivos equipamentos informáticos e mobiliário.

Neste sentido, o investimento previsto, nesta data, abrange apenas o ano de 2015, designadamente:

- plataforma informática - valor residual de 7K€;
- 1 viatura de serviço - 15K€;
- instalações/equipamento informático/mobiliário - 250k€.

	2013	2014	2015	2016	2017
	Real	Previsão	Orçamento	Plano	Plano
<i>Tangível</i>	75,2	75,9	272,0	0,0	0,0
<b>TOTAL</b>	<b>75,2</b>	<b>75,9</b>	<b>272,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>AMORTIZAÇÕES</b>	<b>4,9</b>	<b>29,8</b>	<b>103,1</b>	<b>103,0</b>	<b>103,0</b>
<i>taxa de amortização</i>					
<b>AMORT. ACUMULADAS</b>	<b>88,2</b>	<b>118,0</b>	<b>221,1</b>	<b>324,1</b>	<b>427,0</b>

#### 5. Plano de Financiamento - ENMC, E.P.E.

Não se prevê o aumento do endividamento da empresa nos próximos exercícios.

O empréstimo obrigacionista não contempla amortizações periódicas, terá que ser integralmente liquidado no final do contrato - *bullet* (2028)

	2013	2014	2015	2016	2017
	Real	Previsto	Orçamento	Plano	Plano
<b>CAPITAL EM DíVIDA (inicial)</b>	<b>360.000</b>	<b>360.000</b>	<b>360.000</b>	<b>360.000</b>	<b>360.000</b>

## 6. Plano de Redução de Custos - ENMC, E.P.E.

A ENMC tem vindo a realizar, ao longo do tempo, uma gestão criteriosa das reservas e que, entre várias avaliações, tem subjacente, sempre, a redução de custos nesta área. Tal como se refere na página 19 - Custos - URP, a estimativa para os custos de armazenagem evidencia uma redução de 3,8M€ (-17%) relativamente a custos de armazenagem estimados para 2014 e decorre de vários fatores, designadamente: a renegociação do custo dos contratos de armazenagem, a redução do custo associado à aquisição de tickets, e a inexistência de custos de armazenagem do crude no exterior. Globalmente, os custos de armazenagem continuam a representar uma fatia considerável dos custos totais: cerca de 76%, pelo que uma redução de custos nesta área é muito relevante para a ENMC, no âmbito de um PRC.

### Indicadores

Designação	Unidade: €					
	Previsão	Estimativa	Execução			
	2015	2014	2013	2012	2011	2010
EBITDA	973.800,57	31.108.234,32	125.318.708,94	16.240.225,62	8.271.161,51	9.366.818,72
Conservação e Reparação	35.400,00	3.208,08	3.000,00	1.469,58	2.114,01	2.440,73
Prazo Médio Pagamentos (Fornec / CMVMCX365)	20	14	35	33	34	10

A evolução do EBITDA não pode ser comparável ao longo dos anos devido às operações realizadas com venda de stocks, designadamente nos anos de 2013 e 2014. Estas operações de recomposição do inventário são pontuais.

Os valores de Conservação e Reparação têm tido uma evolução constante embora, para 2015, se estime um valor muito superior dado as novas exigências a este nível atribuíveis às novas unidades.

O PMP tem registado uma evolução estável e estima-se que não ultrapasse os 30 dias para 2015.

### Operacionais

Designação	Unidade: €											
	Previsão	Estimativa	Execução				Var. 2015/2010		Var. 2014/2010		Var. 2015/2013	
	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC	0	23.002.188,21	69.987.321,53	0	0	0	0,00		23.002.188,21		-69.987.321,53	-100%
FSE	21.447.475,03	23.393.661,96	21.210.644,24	22.000.435,34	20.328.697,26	20.011.969,05	1.435.505,98	7%	3.381.692,91	17%	236.830,79	1%
Desp. com deslocações / estadas	164.800,00	19.044,16	4.783,76	3.457,23	2.983,13	5.487,99	159.312,01	2903%	13.556,17	247%	160.016,24	3345%
Despesas com ajudas de custo	30.000,00	4.023,02	888,38	857,73	417,13	0	30.000,00		4.023,02		29.111,62	3277%
Despesas com comunicações	58.800,00	9.111,82	7.239,19	8.245,39	6.869,04	7.089,61	51.710,39	729%	2.022,21	29%	51.560,81	712%
Gastos com pessoais / indemnizações	1.025.806,90	321.155,82	335.304,81	222.041,22	237.646,04	281.278,59	744.528,31	265%	39.877,23	14%	690.502,09	206%
TOTAL (1)	22.726.881,93	46.749.184,99	91.546.181,91	22.235.036,91	20.576.612,60	20.305.825,24	2.421.056,69	12%	26.443.359,75	130%	-68.819.299,98	-75%
VOLUME DE NEGÓCIOS (VN)** (2)	25.628.804,36	77.825.240,30	219.427.331,94	37.921.854,90	31.089.215,17	32.020.194,22	-6.391.389,86	-20%	45.805.046,08	143%	-193.798.527,58	-88%
Subsídios e Indemnizações compensatórias (IC)	0,00	0,00	51.513,12	0,00	11.200,00	0,00						
Peso dos Gastos/VN (1)/(2)	89%	60%	42%	59%	66%	63%						

(\*) O Volume de Negócios não inclui subsídios e indemnizações compensatórias

Não se prevê qualquer valor de CMVC na medida em que não estão previstas operações de venda de inventário.



O acréscimo com FSE decorrem da operacionalização das novas competências transferidas da DGEG e do LNEG, para a ENMC.

O aumento de custos com o pessoal reflete a transferência de pessoal associado às novas unidades da ENMC.

Discriminação dos Gastos Operacionais 2010-2016 (K€)												
Designação	Proposta	Projeto da Execução	Execução					Var. 2016/2010		Var. 2016/2015		
			2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	Valor	%	Valor
CMVMC (a)		0,00	23.003,72	69.987,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#####	0,00	####
Fornecimento e Serviços Externos		21.447,48	23.387,47	21.210,64	22.000,44	20.328,70	20.011,97	-20.011,97	-100%	-21.447,48	-100%	
Subcontratos		18.882,00	22.719,00	22.290,91	21.466,40	19.801,86	19.560,18	-19.560,18	-100%	-18.882,00	-100%	
Outros FSE (a)		2.566,00	675,00	454,97	534,03	527,25	451,79	-451,79	-100%	-2.566,00	-100%	
Gastos com pessoal (b)		1.026,00	321,20	335,30	222,04	237,65	281,30	-281,30	-100%	-1.026,00	-100%	
Amortizações		103,00	30,00	4,89	6,39	15,56	22,44	-22,44	-100%	-103,00	-100%	
Provisões		500,00	3.219,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	#####	-500,00	-100%	
Impostos indiretos								0,00	#####	0,00	####	
Dotação p/ fundo estatutário (outros gastos e perdas)		2.182,00	0,00	1.498,13	0,00	2.664,42	2.802,26	-2.802,26	-100%	-2.182,00	-100%	
<b>Total de Gastos Operacionais</b>	<b>0,00</b>	<b>25.258,48</b>	<b>49.961,40</b>	<b>93.036,28</b>	<b>22.228,87</b>	<b>23.246,32</b>	<b>23.117,97</b>	<b>-23.117,97</b>	<b>-100%</b>	<b>-25.258,48</b>	<b>-100%</b>	
								0,00	#####	0,00	####	
<b>a) Discriminação alguns FSE:</b>	<b>60,00</b>	<b>253,60</b>	32,37	12,91	12,56	10,27	12,58	47,42	377%	-193,60	-76%	
Deslocação e estadas		164,80	22,67	4,78	3,46	2,98	5,49	-5,49	-100%	-164,80	-100%	
Ajudas de custo	60,00	30,00	2,15	0,89	0,86	0,42	0,00	60,00	#####	30,00	100%	
Comunicações		58,80	7,55	7,24	8,25	6,87	7,09	-7,09	-100%	-58,80	-100%	
<b>b) Discriminação n° RH:</b>												
Total de RH:	35	31	13	8	8	8	8	27	338%	4	13%	
-Órgãos Sociais (CA+ CF)	5	5	5	5	5	5	5	0	0%	0	0%	
- Efetivos s/OS	30	26	8	3	3	3	3	27	900%	4	15%	

### Frota Automóvel

Designação	Previsão	Estimativa	Execução	Var. 2013/2015	
	2015	2014	2013	Valor	%
Gastos com a frota automóvel (€)	16.200,00	12.031,84	15.620,89	579,11	4%
N° de Veículos	3	2	2	1	50%

O plano de investimentos prevê a aquisição de uma viatura comercial de serviço, relativamente à qual foi solicitada autorização às tutelas, atendendo a que é imprescindível a sua aquisição para o exercício das novas competências da ENMC no âmbito da fiscalização e de controlo de qualidade dos combustíveis.

### Recursos Humanos

Designação (€)	Execução	Execução	Execução	Estimativa	Previsão	Var. 2012/2015	
	2011	2012	2013	2014	2015	Valor	%
<b>Gastos totais com pessoal (1)= a)+b)+c)+d)+e)+f)</b>	<b>237.646,04</b>	<b>222.041,22</b>	<b>335.304,81</b>	<b>321.155,82</b>	<b>1.025.806,90</b>	<b>803.765,68</b>	<b>362%</b>
a) Gastos com Órgãos Sociais	131.345,2	124.383,9	149.969,2	135.198,7	200.981,9	76.597,93	62%
b) Gastos com Dirigentes sem O.S.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,00	
c) Remunerações com pessoal (i)+ii)	58.531,1	61.239,2	72.116,5	121.376,1	602.913,8	541.674,68	885%
i) Vencimento base + Subs. Férias+Subs. Natal	65.860,00	56.700,00	67.786,97	114.675,43	590.809,43	534.109,43	942%
ii) Outros subsídios (almoço,...)	3.871,05	4.539,15	4.329,55	6.700,65	12.104,40	7.565,25	167%
Redução remuneratória/suspensão de subsídios em cada ano	15.535,68	38.912,46	13.925,27	26.302,76	32.675,3	-6.237,15	-16%
d) Benefícios pós-emprego							
e) Restantes encargos (TSU, seguros,...)	36.569,75	36.418,14	61.705,99	64.581,04	221.911,21	185.493,07	509%
f) Rescisões / Indemnizações	11.200,0	0,0	51.513,1	0,0	0,0		
Designação (em número)	Execução	Execução	Execução	Estimativa	Previsão	Var. 2012/2015	
	2011	2012	2013	2014	2015	Valor	%
Nº Total de RH ( OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	8	8	8	13	23	15	188%
Nº Órgãos Sociais (O.S.)	5	5	5	5	6	1	20%
Nº Dirigentes sem O.S.	0	0	0	0	0		
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes	3	3	3	8	17	14	467%
Gastos de Dirigentes/Gastos com Pessoal (b)/((1)-(f))	0	0	0	0	0		

As novas competências da ENMC, fundamentam o acréscimo do número de recursos humanos e consequente aumento dos gastos com pessoal.

Relativamente aos órgãos sociais prevê-se um ajustamento do nível salarial para o Conselho de Administração equivalente a empresas do Setor Público de igual dimensão, prevendo, também a nomeação do vogal não executivo, vaga por preencher até à data.

**Demonstração de Resultados**

			(K€)
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
	Real	Previsão	Orçamento
<b>RENDIMENTOS OPERACIONAIS</b>			
Venda de produtos	179.516	50.432	
Prestação de serviços	38.141	27.393	25.629
Rendimentos suplementares	458		
Trabalhos para a própria empresa			
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.770		
<b>TOTAL DE PROVEITOS OPERACIONAIS</b>	<b>219.885</b>	<b>77.825</b>	<b>25.629</b>
<b>GASTOS OPERACIONAIS</b>			
CMVC	69987	23.002	
Fornecimentos e serviços externos			
Subcontratos	22.291	22.719	18.882
Outros FSE	455	675	2.566
Gastos com pessoal	335	321	1.026
Amortizações	5	30,0	103,1
Provisões		3.219	500
Impostos			
Out. gastos e perdas operac. (dotação fundo estatutário)	1.498	0	2.182
<b>TOTAL DE CUSTOS OPERACIONAIS</b>	<b>94.571</b>	<b>49.966</b>	<b>25.258</b>
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>125.314</b>	<b>27.859,0</b>	<b>371</b>
Rendimentos de aplicações financeiras	766	741	688
Outros juros obtidos e proveitos similares			
Cobertura de risco de taxa de juro (ganhos)			
Diferenças de câmbio favor. e outros ganhos fin.			
Cobertura de risco de taxa de juro (perdas) / Juros Emp. IGCP	124.323		
Diferenças de câmbio desfavor. e outros perd fin.			
Juros suportados e custos similares	1.744	1.589	1.017
<b>RESULTADOS FINANCEIROS</b>	<b>-125.301</b>	<b>-848</b>	<b>-329</b>
Ganhos de exercicios anteriores			
Perdas de exercicios anteriores	11	1.339	
Imposto sobre o rendimento do exercício	11.896	4.382	689
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-11.894</b>	<b>21.290</b>	<b>-647</b>
EBITDA	125.319	31.108	974

**Balanço 2013-2015**

	(K€)		
	2013	2014	2015
	Real	Previsão	Orçamento
Ativos tangíveis	171	247	519
Investimentos financeiros	10.100	10.100	10.100
Amortizações	88	118	221
	10.183	10.229	10.398
GPL	3.262	2.175	2.175
Gasolina	24.143	24.143	24.143
Gasóleo	139.807	169.058	169.058
Fuel óleo		21.091	21.091
Crude	112.480	159.041	159.041
	279.692	375.508	375.508
Cientes c/c	72.666	391	328
Estado		10.849	9.059
Outros devedores			
	72.666	11.240	9.387
Aplicações de tesouraria	17.100		4.000
acrécimo de rend de aplic	376	386	386
Depósitos bancários	1.203	2.777	4.461
Caixa	1	1	1
	18.680	3.164	8.848
Devedores e credores por acréscimos	5.894	4.873	2.827
Gastos a reconhecer	25	28	28
	5.919	4.901	2.855
<b>TOTAL DO ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>387.140</b>	<b>405.042</b>	<b>406.996</b>
Capital estatutário	250	250	250
Reservas de reavaliação	5.903		
Fundo c) artº5º DL 339-D/2001	13.794	13.794	15.976
Resultados transitados	2.473	-3.517	17.773
	22.420	10.527	33.999
Resultado líquido	-11.894	21.290	29
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>10.526</b>	<b>31.817</b>	<b>34.028</b>
Fundo de Provisão			
Provisões para impostos		3.219	
Outras provisões			
Empréstimo p/ obrigações	360.019	360.002	359.642
Empréstimos bancários			
Fornecedores c/c	608	884	884
Fornecedores de imob c/c			
Estado	13.191	5.501	8.819
Outros credores	39	52	56
	13.838	6.437	9.759
Credores por acréscimos de gastos	2.757	3.567	3.567
Rendimentos a reconhecer			
	2.757	3.567	3.567
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>376.614</b>	<b>373.225</b>	<b>372.968</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>387.140</b>	<b>405.042</b>	<b>406.996</b>

### Fluxos de Tesouraria 2013-2015

	2013	2014	2015	(k€)
<b>Actividades operacionais</b>				
Recebimentos de clientes	48.667,3	41.872,0	34.102,0	
Pagamentos a fornecedores	-21.573,0	-27.225,0	-21.968,0	
Pagamentos ao pessoal	-173,0	-176,0	-804,0	
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>	<b>26.921,3</b>	<b>14.471,0</b>	<b>11.330,0</b>	
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	179,0	-8.115,0	1.647,0	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-9.140,0	-22.391,0	-6.098,0	
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>	<b>17.960,3</b>	<b>-16.035,0</b>	<b>6.879,0</b>	
Recebimentos relacionados com as rubricas extraordinárias				
Pagamentos relacionados com as rubricas extraordinárias				
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>	<b>17.960,3</b>	<b>-16.035,0</b>	<b>6.879,0</b>	
<b>Actividades de investimento</b>				
Recebimentos provenientes de				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas				
Imobilizações incorpóreas				
Venda de reservas	110.000,0	1.675,0		
Juros e proveitos similares	601,0	548,0	516,0	
Dividendos				
Sub-total	110.601,0	2.223,0	516,0	
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas			-335,0	
Aquisição de reservas		-107,0		
Sub-total	0,0	-107,0	-335,0	
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>	<b>110.601,0</b>	<b>2.116,0</b>	<b>181,0</b>	
<b>Actividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de				
Empréstimos obtidos	122.080,0			
Aumento de capital				
Subsídios de doações				
Vendas de acções (quotas) próprias				
Cobertura de prejuízos				
Juros e prov. similares				
Dividendos				
Sub-total	122.080,0	0,0	0,0	
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos				
Amortização de contratos de locação financeira				
Juros e custos similares	-254.704,0	-1.607,0	-1.376,0	
Dividendos				
Reduções de capital				
Sub-total	-254.704,0	-1.607,0	-1.376,0	
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>	<b>-132.624,0</b>	<b>-1.607,0</b>	<b>-1.376,0</b>	
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	-4.062,7	-15.526,0	5.684,0	
Efeito do custo amortizado em Caixa e equivalentes no período	2,7			
Efeito do custo amortizado em Caixa e equivalentes no período anterior	-36,7			
Efeitos das diferenças de câmbio	-0,1			
Caixa e seus equivalentes no início do período	22.404,0	18.304,0	2.778,0	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18.307,2	2.778,0	8.462,0	

## E. Mapas Anexos ao Orçamento 2015

### Pressupostos

	2014	2015
<b>Int. ao Consumo (KMT)</b>	<b>(EST)</b>	<b>(ORÇ)</b>
GPL	532	521
GASOLINAS	1.084	1.062
GASÓLEOS	5.533	5.505
FUEL ÓLEOS	248	223
<b>Variação Anual dos Consumos</b>		
GPL	-3,0%	-2,0%
GASOLINAS	-1,4%	-2,0%
GASÓLEOS	-0,6%	-0,5%
FUEL ÓLEOS	-17,3%	-10,0%
<b>Cont.de Res Delegadas Tickets(KMT)</b>		
GPL		0
GASOLINAS		15
GASÓLEOS		25
FUEL ÓLEOS		0
CRUDE D(interno)		205,1
CRUDE D(externo)		0
CRUDE AIE		0
<b>Taxa de Inflação</b>	0,00%	0,70%
<b>Euribor 6 M</b>	0,19%	0,20%
<b>Spread (bp)</b>	7,5	7,5
<b>Remuneração de Aplicações</b>	2,4%	4,8%
<b>Taxa de Câmbio \$USD/€</b>	0,73	0,72
<b>IVA (Taxa Normal)</b>	23,0%	23,00%
<b>IVA (Taxa Intermédia)</b>	13,0%	13,00%
<b>IVA (Taxa Reduzida)</b>	6,0%	6,00%
<b>Taxa de Retenção na Fonte</b>	25,0%	25,0%
<b>Dotação p/ Fundo Estatutário (% prest.base)</b>	0,0%	10,0%
<b>IRC</b>	31,0%	31,0%
<b>Cotação de Produtos Petrolíferos</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
brent (\$/MT)	760,66	714,67
GPL	689,00	689,00
GASOLINAS	896,75	896,75
GASÓLEOS	834,50	834,50
FUEL ÓLEOS	554,50	554,50
CRUDE D(interno)	759,66	713,67
CRUDE(externo)	758,66	712,67
CRUDE AIE	758,66	712,67
<b>Custo Unitário de Armazenagem</b>	<b>(€/M T/mês)</b>	
GPL	5,88	5,88
GASOLINAS	2,45	2,27
GASÓLEOS	2,19	2,01
GASÓLEO (pol nato)	0,96	0,96
GASÓLEO (CLH)	0,00	0,00
FUEL ÓLEOS	1,71	1,66
CRUDE D (interno)	2,38	1,87
CRUDE D (interno): 397 kton	0,47	0,53
CRUDE AIE	0,00	0,00
<b>Custo de Delegação Tickets</b>	<b>(€/M T/mês)</b>	
GPL	0,000	1,20
GASOLINAS	0,000	1,20
GASÓLEOS	1,100	1,20
FUEL ÓLEOS	0,800	1,20
CRUDE D	2,080	1,20

## Inventário de Reservas

### RESERVAS ESTRATÉGICAS (FÍSICAS)

	(KMT)	
	2014 (EST)	2015 (ORÇ)
GPL	6,0	6,0
GASOLINA	51,4	51,4
GASÓLEO	157,8	157,8
GASÓLEO (nato)	140,1	140,1
GASÓLEO (CLH)		
FUEL ÓLEO	45,0	45,0
CRUDE D(interno)	538,1	538,1
CRUDE D(externo)		
<b>TOTAL</b>	<b>938,4</b>	<b>938,4</b>

### RESERVAS ESTRATÉGICAS (TICKETS)

	2014	2015
GPL		
GASOLINA		15,0
GASÓLEO	61,9	25,0
FUEL ÓLEO	10,0	
CRUDE	334,5	205,1
<b>TOTAL</b>	<b>406,4</b>	<b>245,1</b>

## Stocks ENMC e Decomposição

STOCKS DA ENMC (POR CATEGORIA)			
	(Ton)	f. de conv.	(Ton c.o.e.)
A			162.219
B			807.174
OUTROS			118.675
	<b>TOTAL (Ton c.o.e.)</b>		<b>1.088.067</b>
	<b>Dias em IC´s</b>		<b>50,4</b>

**TODOS OPERADORES**

<b>INTRODUÇÕES AO CONSUMO (POR CATEGORIA) - 30 DIAS</b>			
	(MT)	f. de conv.	(MT c.o.e.)
A	89.086	1,065	94.876
B	454.749	1,065	484.307
OUTROS	64.112	1,065	68.280
<b>TOTAL (MT c.o.e.)</b>			<b>647.463</b>
			<b>30,0</b>

**PEQUENOS OPERADORES**

<b>INTRODUÇÕES AO CONSUMO (POR CATEGORIA) - 60 DIAS</b>			
	(MT)	f. de conv.	(MT c.o.e.)
A	6.906	1,065	7.355
B	52.131	1,065	55.520
OUTROS	10.413	1,065	11.090
<b>TOTAL (MT c.o.e.)</b>			<b>73.964</b>
			<b>60,0</b>

**RATEIO GRANDES OPERADORES**

<b>INTRODUÇÕES AO CONSUMO (POR CATEGORIA) - DIAS RESIDUAIS</b>			
	(MT)	f. de conv.	(MT c.o.e.)
A			53.904
B			274.239
OUTROS			38.496
<b>TOTAL (MT c.o.e.)</b>			<b>366.640</b>
			<b>17,7</b>

***Distribuição de Reservas***

Categoria	Reservas			
	Em crude	Em produto	Total Ton Coe	Total Dias
A	96.977	65.242	162.219	
B	495.031	312.143	807.174	
Outros	69.791	48.884	118.675	
<b>Totais</b>	<b>661.799</b>	<b>426.269</b>	<b>1.088.068</b>	<b>50,4</b>

Categoria	Reservas					
	Todos Operadores		Peq. Operadores		Rateio Grand. Operadores	
	Ton Coe	Dias IC's	Ton Coe	Dias IC's	Ton Coe	Dias IC's
A	94.876	30	7.355	60	53.904	17,7
B	484.307	30	55.520	60	274.239	17,7
Outros	68.280	30	11.090	60	38.496	17,7



### Prestações Unitárias Propostas

(€/ton coe/mês)	
<b>A - Gasolina</b>	
Reservas ENMC ( Quantidade: Kton Coe)	2015 162
Gastos do produto (K€)	2.408
Gastos do produto (K€)	1.706
	1,97
<b>Gasto Unitário (€/ton)</b>	<b>2,11</b>
<b>B - Gasóleo</b>	
Reservas ENMC ( Quantidade: Kton Coe)	807
Gastos do produto (K€)	11.158
Gastos do produto (K€)	8.131
	1,87
<b>Gasto Unitário (€/ton)</b>	<b>1,99</b>
<b>C - Outros ( Fuel Óleo + GPL)</b>	
Reservas ENMC ( Quantidade: Kton Coe)	119
Gastos do produto (K€)	1.455
Gastos do produto (K€)	897
	1,53
<b>Gasto Unitário (€/ton)</b>	<b>1,65</b>

### Comparação Custo Unitário em valores e Percentagem

Custo Unitário (€/Tcoe/mês)				
Categoria	2014	2015	2014/2015	
			▲	%
A - Gasolina	2,29	2,11	-0,18	-9%
B - Gasóleo	2,06	1,99	-0,07	-4%
C- Outros (Fuel e GPL)	1,82	1,65	-0,17	-10%

### Síntese Conclusiva

Tal como referido no Enquadramento do ponto *B - Programa de atividades para 2015*, do presente documento, o mesmo tem subjacentes as competências que a ENMC, E.P.E detém como ECA, mas, também, as novas competências que a ENMC detém, após a publicação do Decreto-lei nº 165/2013, de 16 de dezembro, e a publicação, em 29 de agosto, das leis orgânicas da Direção-geral de Energia e Geologia-DGEG e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia-LNEG. Nesta sequência e após a publicação da portaria que formalize a operacionalização da transferência destas competências, a ENMC, E.P.E centralizará as competências do Governo nas áreas do mercado dos combustíveis, biocombustíveis e pesquisa e exploração de produtos petrolíferos.

Assim, para 2015, perspetivam-se as seguintes **atividades para a URP** e para as outras **3 unidades operacionais** estruturadas na sequência da transferência das competências acima referidas, bem como diversas ações transversais que irão dar sustentabilidade organizacional à ENMC, e potenciar as sinergias decorrentes da integração destas competências:

- A Unidade de Reservas Petrolíferas, abreviadamente designada por URP, será responsável pela aquisição, manutenção, gestão e mobilização de reservas de petróleo bruto e de produtos de petróleo, a título de reservas estratégicas, assegurando as funções de entidade central de armazenagem nacional;
- A Unidade de Produtos Petrolíferos, abreviadamente designada UP, será responsável pela monitorização do mercado de petróleo bruto, de produtos de petróleo e do GPL canalizado, da segurança do abastecimento do Sistema Petrolífero Nacional (SPN), assim como da promoção da segurança de pessoas e bens e da defesa dos consumidores;
- A Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos, abreviadamente designada por UPEP, será responsável pela valorização e aproveitamento económico dos recursos petrolíferos, assim como assegurar a sua correta gestão, com vista a garantir a sustentabilidade da exploração;
- A Unidade de Biocombustíveis, abreviadamente designada UB, será responsável pelo fomento da utilização dos biocombustíveis, promovendo a redução das emissões de gases com efeito estufa, contribuindo para o reforço da segurança do abastecimento energético.

Tendo subjacente esta nova estrutura de competências, a análise da sustentabilidade da ENMC conduz-nos a conclusões diversas consoante a ótica.

Não se colocam questões especiais quanto à sustentabilidade social e ambiental, a sustentabilidade económica enfrenta riscos significativos, decorrentes sobretudo da envolvente económica portuguesa, a sustentabilidade organizativa com a criação da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis - ENMC E.P.E., continua a merecer, por parte do Conselho de Administração, especial atenção, atendendo à necessidade de, por um lado manter um quadro organizativo com potencial

de crescimento, por outro manter uma estrutura com o caráter minimalista em termos de recursos, por forma a garantir contínua competitividade face aos operadores e, simultaneamente, garantir que as necessárias competências estão presentes na organização.

A Sustentabilidade envolve o diagnóstico das necessidades atuais e futuras, bem como o consequente planeamento de ações estratégicas dirigidas a garantir as melhores condições do desenvolvimento da organização, atentas as necessidades sociais, os fins da organização e os meios a que pode recorrer, visando uma interação mutuamente positiva entre a organização e o seu meio envolvente. Nesta área, a ENMC irá aportar as melhores práticas através de um diálogo constante com as nossas congéneres Europeias, bem como uso de adequados sistemas de informação

Em síntese, o diagnóstico da sustentabilidade da ENMC apresenta conclusões mistas, consoante a vertente: se, nos domínios social e ambiental, não se deparam grandes questões, já nos domínios económico e organizacional estamos perante desafios cuja superação depende de variáveis exógenas, de evolução incerta mas determinantes.

## A. Sustentabilidade Social

A futura Unidade de Reservas Petrolíferas (URP, que será uma das unidades funcionais da ENMC E.P.E.) é um instrumento da política de segurança do abastecimento, no domínio da energia. Tendo em vista que o petróleo continuará a ser, por muitas décadas ainda, a principal fonte de energia primária, a existência de reservas de segurança dos respetivos produtos pode ser considerada como um reforço da garantia do normal desenvolvimento da vida económica e social. Neste sentido, a existência de reservas de segurança de derivados de petróleo - com o atual modelo organizativo - decerto contribui para assegurar a normalidade da qualidade de vida da sociedade.

A ENMC e a Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) são sustentáveis do ponto de vista social.

## B. Sustentabilidade Ambiental

A ENMC atua no domínio do petróleo e seus derivados, mas é, fundamentalmente, uma gestora de contratos, não operando diretamente instalações ou processos logísticos.

Em 2010, as fontes não-renováveis de energia responderam por 87% do consumo mundial, sendo a parte dos derivados de petróleo de 34%; em 2030, prevê-se que estas proporções evoluam para, respetivamente, 82% e 28%<sup>4</sup>. Assim, independentemente de as preocupações ambientais estarem cada vez mais na ordem do dia, as fontes não renováveis de energia continuarão, no futuro previsível, a ser parte indispensável das fontes de energia. Nestes termos, enquanto o recurso a

---

<sup>4</sup> International Energy Agency (IEA) Outlook 2035, 2011 World Energy Outlook

combustíveis fósseis continuar a ser indispensável para o funcionamento da economia e do modo de vida das sociedades, a questão ambiental ter-se-á que colocar em termos do controlo e minimização das externalidades negativas para o ambiente, sem que haja alternativa realista.

A ENMC apenas operará com entidades dotadas de gestão e tecnologias modernas, sujeitas a regulamentação avançada e ao escrutínio das autoridades competentes. A sustentabilidade ambiental da ENMC, no seu modelo atual, não se distingue, pois, da sustentabilidade do setor petrolífero em geral, sendo quase nula a sua capacidade de intervenção autónoma. Neste âmbito, contribui, de forma clara, o seguro de responsabilidade ambiental contratado em Julho de 2014.

A ENMC e a Unidade de Reservas Petrolíferas (URP) são sustentáveis do ponto de vista ambiental.

### C. Sustentabilidade Económica

Devemos distinguir entre a sustentabilidade do modelo de entidade de reservas em termos teóricos, e da sustentabilidade da ENMC, no quadro da sua configuração prevista, com quatro áreas de competências.

Tendo em consideração os custos e proveitos envolvidos, respeitantes às novas competências atribuídas pelo Dec. Lei nº 165/2013 de 16 de Dezembro, cuja entrada em vigor se inicia com a publicação de portaria de operacionalização da transferência das competências, na sequência da publicação, em 29 de agosto de 2014, das Leis orgânicas da DGEG e LNEG, é necessário, e neste momento imprescindível, uma avaliação dos custos e proveitos a incorrer.

A existência de uma entidade, privada ou estatal, para gerir a totalidade ou parte das reservas de segurança de produtos petrolíferos corresponde à solução adotada pela esmagadora maioria dos países-membros da OCDE e da União Europeia, pelas vantagens percebidas ao nível da segurança do abastecimento energético.

Assim sendo, a primeira condicionante a que está sujeita a sustentabilidade da ENMC reside na natureza da sua missão: a inevitabilidade do recurso, em larga escala, a combustíveis fósseis, confere à partida sustentabilidade a uma entidade que assegure a manutenção do nível desejado de reservas de segurança. Dada a distribuição geográfica das reservas de hidrocarbonetos e a sua evolução previsível, os maiores consumidores - as economias desenvolvidas e a maioria das grandes economias emergentes - terão sempre a sua autossuficiência limitada, enquanto os grandes produtores se inserem, frequentemente, em regiões do globo caracterizadas por elevada volatilidade política e social, apresentando-se como complexos problemas geoestratégicos. Nestes termos, o potencial para crises de abastecimento é, e continuará a ser, elevado, não se vislumbrando potencial para que tal estado de coisas registre evolução divergente.

Na medida em que este tipo de entidade opera sem fins lucrativos, sujeita à fiscalização dos Estados respetivos, terá, à partida, condições para que a sua atividade se traduza em benefício para o setor e para os consumidores, o que é condição da sua aceitação e, logo, da sua sustentabilidade. De facto, os operadores do setor - destinatários diretos da nossa atividade - podem no quadro futuro da URP (parte da nova ENMC - Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis, E.P.E), assegurar vantajosamente a manutenção das reservas de segurança, com um custo bastante competitivo.

A sustentabilidade económica da ENMC depende igualmente da sua capacidade de ser competitiva nos custos, apresentando-se assim como um benefício para o setor, e assim tem sido desde o início. Todavia, o Orçamento de Estado para 2014 veio introduzir limitações à dedutibilidade, em sede de IRC, de parte dos custos financeiros. Numa entidade como a ENMC, que financia a 100% as suas aquisições de reservas, o impacto negativo é relevante, e conduzirá à necessidade de aumentar o preço dos seus serviços para recuperar o imposto que passa a pagar.

Recordam-se os traços essenciais do modelo de financiamento da ENMC:

1. Os custos operacionais são integralmente recuperados através do preço dos serviços (os “Custo de Armazenagem ” faturados aos operadores);
2. O resultado líquido deve ser tendencialmente nulo (nulo em termos de orçamentação);
3. As reservas são financiadas com financiamento alheio.

Este modelo de financiamento não constitui uma especificidade portuguesa, antes corresponde à prática generalizada no espaço da União Europeia, em que todas as entidades que assumem a gestão das reservas obrigatórias de produtos petrolíferos (à exceção da ENMC) encontram-se isentas do pagamento de IRC no que concerne à atividade de URP/ECA,

Efetivamente, a manter-se a situação de tributação da URP (parte da nova ENMC E.P.E. Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis), em sede IRC, esta situação levará a um acréscimo das necessidades de financiamento, que se refletirão, ou sobre os operadores e consequentemente, sobre os consumidores (precisamente aqueles que se pretende defender com a criação de uma Entidade para gerir as reservas de produtos petrolíferos), ou sobre o Estado, único acionista da ENMC, E.P.E., que recebe um rendimento pela via da cobrança de IRC, para depois ter de reinvestir na mesma medida para fazer face ao imposto pago, num cenário de redundância.

Neste âmbito, e tendo em atenção a necessidade de sustentabilidade económica da ENMC, atendendo aos pressupostos do modelo de financiamento referidos acima nos pontos 1, 2 e 3, considera-se imperioso a alteração urgente da situação atual, isentando a ENMC, do pagamento de IRC, sendo a única solução que poderá dar resposta a esta questão de uma forma estruturada, sustentada e colmatando, desta forma, a situação de desigualdade face à diferença de enquadramento fiscal que a ENMC detém relativamente às suas congéneres europeias, com todas as implicações negativas que decorrem desta circunstância.

Para além da URP, que, na prática integra as competências de ECA - Entidade Central de Armazenagem - da antiga EGREP, a ENMC,E.P.E. assumiu novas competências, anteriormente da responsabilidade de outras entidades.

Assim, farão, também, parte da estrutura da ENMC,E.P.E. a Unidade de Produtos Petrolíferos, a Unidade de Biocombustíveis e a Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos.

Relativamente às duas últimas unidades, não se antevem, à partida, problemas significativos no que toca à sua sustentabilidade, já que as mesmas possuem, atualmente, e deverão continuar a possuir, mecanismos de autossustentação económica que permitam, pelo menos, cobrir os custos de atividade.

Situação idêntica não será no que se refere à Unidade de Produtos Petrolíferos, que sendo uma Unidade consultiva e de auditoria, não se antevê possibilidade de geração de receitas próprias, o que, naturalmente, irá colocar pressão sobre as restantes atividades, que terão de ter exercícios excedentários a fim de financiar a unidade deficitária e assim permitir o equilíbrio orçamental da ENMC.

Concluindo, a sustentabilidade económica da ENMC enfrenta desafios relevantes, determinados pela envolvente económica portuguesa, pela necessidade de adequação do seu enquadramento fiscal ao modelo das suas congéneres europeias, bem como pela correta implementação das futuras Unidades da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis E.P.E.

#### **D. Sustentabilidade Organizacional**

Tal como já referido no início, a sustentabilidade organizativa com a criação da Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis - ENMC E.P.E., merece por parte do Conselho de Administração especial atenção, sendo necessário manter um quadro organizativo com potencial de crescimento e, simultaneamente, uma estrutura com um mínimo de recursos humanos versus áreas de intervenção, por forma a garantir competitividade face aos operadores e maximização da operacionalização das competências.

Uma organização sustentável deve ter a sua estrutura adequada às funções que quer desempenhar, os meios humanos adequados para lhes dar corpo, o conhecimento necessário à execução efetiva das suas competências, e sistemas de informação adequados e eficientes, por forma a assegurar que o conhecimento das operações é partilhado e documentado. O projeto de sistemas de informação irá dar um contributo decisivo neste domínio.

Até ao ano transato, o conhecimento específico residia integralmente nos administradores executivos que, por natureza, exercem funções com um horizonte temporal, e num técnico. Desde então, ocorreu a contratação de mais quatro técnicos.

Dito isto, a situação de vulnerabilidade ainda existe, daí a importância de uma correta implementação das contratações de recursos humanos da nova ENMC- Entidade Nacional do Mercado dos Combustíveis, E.P.E.

A incorporação de recursos humanos vindos de outras entidades, consequência da integração das Unidades acima indicadas, espera-se que possa dotar a ENMC de um quadro de pessoal qualificado e experiente, fator imprescindível para fazer face às novas funções assumidas.

Lisboa, 4 de dezembro de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Carmona  
*(Presidente)*

José Reis  
*(Vogal)*

## ACTA NÚMERO 22

Aos dezanove dias do mês de dezembro de 2014, pelas dez horas e quarenta e quatro minutos TMG, na Estrada do Paço do Lumiar, Campus do Lumiar, Edifício D, 1º andar, em Lisboa, reuniu o Conselho Consultivo da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis, E.P.E., pessoa coletiva número 506084361, com o capital social de duzentos e cinquenta mil euros, integralmente realizado, regularmente convocado nos termos dos respetivos Estatutos, com a seguinte ordem de trabalhos:---

-----  
Ponto Um: Apreciar e dar parecer sobre a proposta de orçamento de exploração e plano de atividades para o exercício de 2015, apresentada na reunião de 21 de novembro p.p.

Ponto Dois: Avaliar o valor proposto para as prestações de 2015, apresentada na reunião de 21 de novembro p.p.

Ponto Três: Apreciação da revisão do PAO 2014. O documento em apreciação, datado de novembro de 2014, tem subjacente a solicitação de alterações efetuadas pela tutela, referentes a diversos eventos, com impacto financeiro relevante, em sede de enquadramento fiscal, que, à data da formulação do PAO 2014 – novembro de 2013 -, não eram conhecidos.-----

-----  
Encontravam-se presentes os seguintes membros do Conselho Consultivo: o Senhor Engº. Pedro Henriques Gomes Cabral, Diretor-Geral de Energia e Geologia e presidente deste Conselho, o Senhor Dr. Jorge Pinheiro, em representação do Diretor-Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, a Senhora Eng.ª Cristina Cachola, em representação da GALP, o Senhor Engº. António Comprido, em representação da APETRO, os Senhores Dr. Paulo Carmona e o Dr. José Reis, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho de Administração da ENMC, E.P.E., bem como o Senhor Dr. Carlos Pereira e a Senhora Drª Cristina Freire, respetivamente Presidente e Vogal do Conselho Fiscal da ENMC, a título de observadores. -----



Dando início aos trabalhos, o presidente propôs, como ponto inicial, apreciar a revisão do PAO de 2014, dadas as alterações recomendadas pela DGTF. Solicitada nota sobre este assunto ao Conselho de Administração da ENMC, respondeu o seu presidente que concedeu a palavra ao Dr. José Reis, que informou o CC das correções apresentadas pela DGTF quanto aos acertos a implementar no PAO de 2014. O Dr. José Reis deu nota ao CC sobre a venda de produto por parte da ENMC e apresentou os resultados de 2014 sobre tal venda, informando que a ENMC mantém o nível adequado de reservas a que está obrigada em 2015. Tomou a palavra o presidente da ENMC que vincou a imperiosa necessidade de aprovação do PAO de 2014 com as alterações agora introduzidas por imposição das decisões da DGTF. -----

Nesta fase, tomou a palavra o presidente do CC que a concedeu aos presentes. Tomada a palavra pelo representante da APETRO, Engº. António Comprido, este manifestou as preocupações dos operadores pelos atrasos da tutela em aprovar a Portaria que estabelece as prestações de 2014, e pelo desvio de €18M que esse atraso pode vir a significar, não tanto pelos valores em causa, mas sim pelas incertezas decorrentes de tal atraso, propondo que o parecer do CC faça referência a esta crescente preocupação. Por outro lado, entende o representante da APETRO que não faz qualquer sentido sujeitar a atividade de gestão das reservas petrolíferas ao pagamento de IRC, uma vez que está em causa um serviço do próprio Estado, pois as reservas são do Estado e não de um qualquer particular. Por último, o representante da APETRO fez referência à dificuldade em aprovar o PAO de 2015 quando ainda não é conhecida a decisão final do PAO 2014, propondo que todas estas dúvidas sejam contempladas no parecer do CC, uma vez que não se compreende a atuação da tutela que causa transtornos às empresas dos operadores que suportam a atividade das reservas obrigatórias. -----

Tomada a palavra pela Eng<sup>a</sup>. Cristina Cachola, manifestou total concordância com o que ficou dito pelo Eng<sup>o</sup>. António Comprido, devendo o parecer do CC refletir estas preocupações, até porque o PAO de 2015 vai ser afetado pelas decisões, ainda não assumidas, no PAO de 2014.-----

Solicitada a palavra pelo presidente do Conselho Fiscal (CF), Dr. Carlos Pereira, o mesmo referiu os três pareceres já emitidos pelo CF sobre o PAO de 2014, o último dos quais sobre a versão ora em apreciação pelo Conselho Consultivo, que incorpora a proposta de prestações do Conselho de Administração para o mesmo ano baseada na cobertura dos gastos com a manutenção de reservas, alertando para os potenciais efeitos fiscais decorrentes da eventual faturação de prestações em montante superior ao necessário para assegurar a cobertura dos gastos, no caso da Portaria que estabelece as prestações não ser publicada atempadamente.-----

Tomou a palavra o presidente do CC retomando a questão das recomendações da DGTF relativamente ao PAO de 2014, dando a palavra ao representante da APETRO, propondo o Eng<sup>o</sup>. António Comprido que o CC deixe bem clara uma recomendação sobre os atrasos da tutela na aprovação das prestações unitárias, e bem assim a necessidade de isentar de IRC a atividade de reservas da responsabilidade da ENMC. Dito isto, o presidente do CC tomou a palavra, tendo solicitado ao presidente da ENMC uma nota sobre o PAO de 2015, nota essa prestada pelo vogal do conselho de administração da ENMC, Dr. José Reis, que esclareceu as principais linhas orientadoras do plano de atividades e orçamento para 2015, com destaque para as principais alterações, assegurando o total cumprimento das determinações da AIE no que às reservas diz respeito, tendo os elementos do CC ficado devidamente esclarecidos, sem questões adicionais.-----

Tomou a palavra o presidente do CC que procedeu à leitura da proposta do parecer sobre o PAO 2014 a ser aprovada pelos elementos que constituem o CC, com as

referências unanimemente aprovadas, procedendo os elementos do CC à assinatura do referido parecer.-----

Neste ínterim, tomou a palavra o presidente da ENMC que agradeceu a prestação do Engº. Pedro Cabral que, em breve abandona a direção da DGEG e, por inerência, o cargo de presidência do CC. -----

Agradecendo os cumprimentos, no final de todas as intervenções, o presidente do CC referiu que, atentos os pontos expostos, o Conselho Consultivo emite parecer favorável aos pontos 1 e 2 da convocatória, designadamente, quanto à proposta de orçamento de exploração e plano de atividades para 2015 e à proposta de prestações unitárias para 2015. Relativamente ao ponto 3 da convocatória, o Conselho Consultivo também se pronuncia favoravelmente de acordo com o parecer que se anexa à presente ata.----  
E nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e cinquenta minutos, para elaboração da presente ata, que vai ser assinada pelos presentes.-----

#### **O Presidente do Conselho Consultivo**

Engº Pedro Henriques Gomes Cabral, Diretor-Geral de Energia e Geologia

#### **Vogais do Conselho Consultivo**

**Dr. Jorge Pinheiro, em substituição do Diretor-Geral da AT**

Eng . António Comprido

Eng.ª Cristina Filomena Cachola

**O Conselho Fiscal da ENMC, a título de observadores:**

Dr. Carlos Pereira, Presidente do CF

Dr<sup>a</sup> Cristina Freire, Vogal do CF

**O Conselho de Administração da ENMC**

Dr. Paulo Carmona

Dr. José Reis

## **Enquadramento**

Nos termos do previsto nas alíneas a) e f) do nº 1 do artigo 17º dos Estatutos da ENMC, E.P.E., é submetido a parecer do Conselho Consultivo da ENMC, E.P.E., o Plano de Atividades e Orçamento para 2014, anteriormente aprovado em doze de novembro de dois mil e treze, e que foi revisto em novembro de 2014.

A formulação da presente revisão do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, apresentado em novembro de 2013, decorre da não aprovação da Direção-geral do Tesouro e Finanças (DGTF) atendendo à não inclusão de eventos com impacto financeiro relevantes, mas posteriores à entrega do PAO 2014.

Tendo subjacente este enquadramento, a ENMC, E.P.E. (EGREP à data da formulação do PAO 2014) vem, através do presente documento, dar resposta às questões agora manifestadas pela DGTF, apresentando nova formulação para o PAO 2014, revisto e atualizado segundo as orientações da DGTF, que inclui já grande parte do exercício realizado - *parte das contas reais da contabilidade acumuladas até Setembro e a estimativa do último trimestre do ano de 2014* -, bem como conhecimento de diversos eventos em sede de enquadramento fiscal que, à data da formulação do anterior não eram conhecidos, ou relativamente aos quais se aguardava resposta da AT, designadamente as principais variações:

*Ponto 1. Constituição Provisão para IRC no montante de 3.2 M €, relativamente a IRC a liquidar em 2009, 2010 e 2011, bem como correção estimativa do imposto de 2013, por correção do Fundo estatutário.*

*Ponto 2. Custos de exercícios anteriores no valor 1.3 M €, não recuperados via prestação unitária no exercício seguinte*

*Ponto 3. Os valores anteriores foram compensados parcialmente por um maior nível de prestações de serviços de manutenção de reservas (1,4 M €), explicado pelo fato da ENMC ter conseguido ceder mais reservas aos operadores, nomeadamente no 2º semestre, relativamente às reservas médias orçamentadas*

*Ponto 4. Igualmente a anulação do valor orçamentado para o Fundo Estatutário, veio contribuir com 2.3 M €*

O anterior documento, formalizado em 1 de novembro de 2013, presumia que a Diretiva 2009/119 CE do Conselho, de 14 de Setembro de 2009, estaria transposta até ao final do corrente ano, assim como os novos Estatutos da ENMC E.P.E., circunstância que veio a acontecer em 16 de dezembro de 2013, através da publicação do Decreto-lei nº 165/2013, que publicou em anexo os estatutos da ENMC, E.P.E., entidade pública que sucedeu nas atribuições da EGREP, E.P.E., procedendo ainda ao alargamento das suas atribuições, na sequência dos processos de reestruturação da DGEG e LNEG. Esta transferência de atribuições ainda segue termos, nesta data, faltando a publicação das portarias que formalizam a referida transferência, mesmo sabendo que as Leis Orgânicas dos dois organismos foram objeto de publicação em agosto de 2014.

Os ajustes efetuados no presente documento e que decorrem do enquadramento dos eventos referidos nos pontos 1 a 4, não alteram o cálculo das prestações unitárias anteriormente determinadas. Efetivamente, os referidos ajustes determinam a passagem de um resultado antes de impostos de +10 K € para -1.758 k €, que serão recuperados através da incorporação

nas prestações a cobrar aos operadores durante 2015. A referida recuperação encontra-se consignada no Plano Atividades e Orçamento para 2015.

#### **Parecer**

Face ao exposto, e nos termos do disposto nas alíneas a) e f) do nº 1 do artigo 17º dos Estatutos da ENMC, E.P.E., o Conselho Consultivo dá parecer favorável à revisão do Plano de Atividades e Orçamento Atividades para 2014, no que concerne às atividades de constituição, gestão e manutenção das reservas petrolíferas, apresentado pela ENMC, E.P.E.

Adicionalmente, o Conselho Consultivo recomenda:

- a isenção da atividade da ENMC, E.P.E. da aplicação do regime de IRC, a exemplo das suas congéneres europeias;
- a necessidade da publicação do Despacho de aprovação das prestações unitárias, pela tutela, em tempo útil, a exemplo do que tem sucedido em anos anteriores.

Lisboa, 19 de Dezembro de 2014

**Presidente do Conselho Consultivo,**

Engº Pedro Henriques Gomes Cabral, Diretor-geral da Energia e Geologia (DGEG)

**Vogais do Conselho Consultivo,**

Dr. Jorge Pinheiro, em representação do Dr. Brigas Afonso, Diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Engª Cristina Cachola, em representação da GALP

Engº António Comprido, em representação da APETRO

**ENMC**ENTIDADE NACIONAL PARA O  
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.**PARECER DO CONSELHO FISCAL****DA****ENMC – ENTIDADE NACIONAL PARA O MERCADO DE COMBUSTÍVEIS, E.P.E.****Plano de Atividades e Orçamento para o exercício de 2015**

O presente parecer é emitido por solicitação do Conselho de Administração da ENMC – Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) através da carta n.º CE-37/2015, de 12 de fevereiro, uma vez que os Estatutos da ENMC, designadamente o artigo 15.º, não preveem expressamente o parecer do Conselho Fiscal sobre o Plano de Atividades e Orçamento.

O parecer do Conselho Fiscal incide sobre o Plano de Atividades e Orçamento 2015 (PAO 2015) da ENMC, na versão anexa à referida carta da ENMC, e é elaborado de acordo com as orientações transmitidas à empresa pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) através do ofício n.º 11156, de 2 de dezembro de 2014, referentes aos instrumentos previsionais de gestão – 2015.

De acordo com o ofício da DGTF, os instrumentos previsionais de gestão referentes a 2015 devem ser acompanhados do parecer do órgão de fiscalização, o qual deverá incidir, designadamente, sobre os pontos constantes da Circular OE2015, emitida pela DGO (circular n.º 1376, de 18 de julho de 2014). Aliás, isso mesmo é referido na própria circular, no seu ponto 91.

**1. NOTAS PRÉVIAS**

A ENMC, assim redenominada pelo Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro, foi objeto de reorganização através deste diploma, que veio congregar as atribuições anteriores da EGREP, em matéria de manutenção de reservas estratégicas petrolíferas, com as cometidas à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG), no que respeita, respetivamente, a aspetos de supervisão do mercado de combustíveis, à prospeção, pesquisa, desenvolvimento e exploração de recursos petrolíferos, aos biocombustíveis e à coordenação do processo de verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis (*vide* n.º 3 do artigo 3.º do citado Decreto-Lei, ainda não em vigor).

O processo de agregação referido no ponto anterior envolveu também a reafecção de recursos humanos e pressupõe ainda a mudança de instalações em data oportuna.

Porém, a conclusão do processo de reorganização das entidades acima mencionadas ainda não se encontra concluído, estando ainda dependente da publicação de um instrumento regulamentar, designadamente uma Portaria relativa ao LNEG, que virá operacionalizar as alterações preconizadas, tendo em conta que tal já sucedeu relativamente à DGEG, através da Portaria n.º 62-A/2015, de 3 de março, cuja entrada em vigor ocorreu no dia seguinte ao da sua publicação.

Assim, o PAO 2015 apresentado pela ENMC e objeto de parecer favorável por parte do seu Conselho Consultivo, na sua reunião de 19 de dezembro de 2014, órgão com competência para tal





# ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O  
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339-D/2001, de 28 de dezembro, e alterados e republicados pelo Decreto-Lei n.º 242/2008, de 18 de dezembro, foi preparado no pressuposto da aplicação da reorganização prevista na lei, cujo processo, no entanto, não se encontra ainda concluído.

Os membros do Conselho Fiscal participaram na mencionada reunião do Conselho Consultivo a título de observadores, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 16.º dos supramencionados Estatutos.

## 2. APRECIÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2015

- 2.1. Os documentos submetidos para parecer deste Conselho Fiscal integram as atividades e o orçamento da ENMC segundo a organização prevista no Decreto-Lei n.º 165/2013 e nos respetivos Estatutos, passando a atividade que tem vindo a ser desenvolvida pela ENMC a estar integrada numa unidade autónoma designada por URP – Unidade de Reservas Petrolíferas, e cujo plano de atividades e orçamento assume um peso predominante sobre o plano de atividades e orçamento da ENMC global (cerca de 94% do orçamento).
- 2.2. Em todo o caso, as atividades e respetivo orçamento a desenvolver no âmbito das novas atribuições cometidas à ENMC, nomeadamente algumas das atribuições anteriormente cometidas à DGEG e ao LNEG, passam a ser asseguradas por três outras unidades de negócio: Unidade de Produtos Petrolíferos, Unidade de Biocombustíveis e Unidade de Pesquisa e Exploração de Recursos Petrolíferos. Os respetivos gastos, que no conjunto representam cerca de 6% do orçamento global da ENMC, estão cobertos pelo total de receitas previstas gerar pela própria atividade.
- 2.3. A demonstração de resultados previsional global da ENMC, ou seja, considerando as 3 novas áreas de responsabilidade referidas no parágrafo anterior e a URP – Unidade de Reservas Petrolíferas, que corresponde à extinta EGREP, depois redenominada ENMC, evidencia um resultado antes de impostos de 42 mil euros (25 mil euros da URP e 17 mil euros das outras três unidades).
- 2.4. O balanço previsional de 2015 apresenta um valor do ativo líquido total de 406.996 mil euros e o saldo no fim do período contante do mapa de fluxos de caixa previsional é de 4.462 mil euros.
- 2.5. Comparativamente com o ano passado, o balanço da empresa não apresenta variações materialmente relevantes, exceto nos capitais próprios, que são reforçados por via do resultado líquido estimado para 2014 a transitar para 2015, no montante de 21,3 milhões de euros.
- 2.6. Em síntese:
  - O PAO 2015 na versão submetida ao Conselho Fiscal para apreciação assenta no pressuposto da transferência de atribuições de entidades públicas, designadamente da DGEG, para a ENMC;
  - No entanto, como se refere no documento apresentado para apreciação, a operacionalização da passagem dessas atribuições exige a publicação de uma portaria que determine a estrutura nuclear e as competências das respetivas unidades orgânicas nucleares, o que só recentemente aconteceu relativamente à DGEG, através da Portaria n.º 62-A/2015, de 3 de março, esperando-se que seja publicada em breve a portaria relativa ao LNEG; Em todo o caso, a ENMC não deve assumir compromissos de que resultem despesas cujo financiamento dependa de verbas





# ENMC

ENTIDADE NACIONAL PARA O  
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

provenientes dessas entidades decorrentes dos protocolos a celebrar no âmbito do processo de transferência de atribuições até que seja concluído o processo de reorganização previsto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 165/2013, o que só ocorrerá com a entrada em vigor e consequente produção de efeitos da Portaria relativa ao LNEG;

- Foram orçamentados gastos com o pessoal, que representam um aumento de 705 mil euros face a 2014 (219%) justificado essencialmente com a transferência de trabalhadores da DGEG e do LNEG para a ENMC, a qual está fundamentada no quadro das atividades previstas, no âmbito das novas atribuições da ENMC, mas que, na ausência da publicação do instrumento regulamentar (portaria) já acima referido, suscita reservas quanto ao enquadramento das respetivas despesas e ao respetivo financiamento por via das prestações dos operadores;
- Em todo o caso, a exiguidade do quadro de pessoal da ENMC, que contava apenas com 3 trabalhadores, requeria um reforço que assegure a manutenção e o aprofundamento do conhecimento técnico da atividade da empresa e das operações inerentes;
- O Plano de Sustentabilidade apresentado, designadamente no ponto D. Sustentabilidade Económica, releva, sobretudo, os riscos decorrentes das indefinições em matéria de enquadramento fiscal das operações desenvolvidas pela empresa no âmbito da sua missão, que, no entender deste Conselho Fiscal, é relevante, e faz referência ao facto da Unidade de Produtos Petrolíferos, que sendo uma unidade consultiva e de auditoria, terá que ser financiada pelas receitas geradas pelas restantes Unidades.

### 3. RECOMENDAÇÕES DA DIREÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS

O ofício n.º 11156, de 2 de dezembro de 2014, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, enuncia os seguintes princípios a observar na elaboração dos planos de atividades, investimentos e orçamento para 2015:

- 3.1. A adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis: os rendimentos da URP - Unidade de Reservas Petrolíferas, que corresponde à anterior EGREP, resultam quase totalmente das prestações dos operadores e o valor dessas prestações deve ser calculado na perspetiva do resultado líquido ser tendencialmente nulo, de acordo com os Estatutos;
- 3.2. Plano de redução de custos: a estrutura de custos da ENMC é determinada, essencialmente, pelos gastos com o armazenamento das reservas, que correspondem a cerca de 76% dos custos totais e relativamente a 2014 representam uma redução de 17%. No entanto, essa redução é parcialmente consumida pelo aumento dos custos com os restantes fornecimentos externos, designadamente associados ao processo de reestruturação. Dos restantes custos realça-se o reforço para o fundo estatutário, que não se verificou em 2014, e o aumento dos encargos com o pessoal, resultante da transferência de pessoal da DGEG e do LNEG;
- 3.3. A redução do prazo médio de pagamentos e do volume de pagamentos em atraso: o prazo implícito no orçamento de 2015 é de 20 dias, o que se enquadra dentro do intervalo de cumprimento do objetivo geral previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;

**ENMC**ENTIDADE NACIONAL PARA O  
MERCADO DE COMBUSTÍVEIS E.P.E.

- 3.4. Os limites de acréscimo ao endividamento estabelecidos na Lei do OE para 2015: O PAO 2015 da ENMC não prevê o recurso a novos financiamentos, não estando previsto também qualquer aumento do endividamento;
- 3.5. Medidas adotadas no âmbito da gestão de recursos humanos, designadamente a redução do número de trabalhadores e de política salarial: o orçamento da ENMC para 2015 deve ser interpretado como sendo de transição, atendendo a que se encontra inserido num processo de reestruturação, envolvendo um reforço de atribuições transferidas de outras entidades do setor público, que ainda não está concluído pelos motivos atrás já amplamente referidos, pelo que o Conselho Fiscal não tem informação que permita avaliar, se da reestruturação conjunta dos organismos envolvidos resultará uma redução de pessoal em termos globais.

#### 4. PARECER

Face ao exposto, reitera-se que os documentos apreciados assentam em vários pressupostos que dependem da conclusão do processo de reorganização da DGEG e do LNEG, nos termos do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 165/2013, de forma a ser operacionalizada a transferência de atribuições das referidas entidades públicas para a ENMC, o que aconteceu recentemente quanto à DGEG, através da Portaria n.º 62-A/2015, de 3 de março, prevendo-se para breve a publicação de um instrumento regulamentar, consubstanciado numa portaria, relativamente ao LNEG.

Neste contexto, a transferência de pessoal dessas entidades para a ENMC, já ocorrida, embora possa ser encarada como positiva dada a exiguidade do quadro de pessoal que a empresa possuía, suscita dúvidas quanto ao enquadramento financeiro previsto no PAO 2015.

Ressalvando o aspeto referido nos parágrafos anteriores, que deverá ficar regularizado logo que seja concluído o processo de operacionalizada da transferência de atribuições em causa, tendo por base os elementos e informações fornecidas pelo Conselho de Administração da ENMC, somos de parecer que o Plano de Atividades e o Orçamento para 2015 da ENMC, submetido ao Conselho Fiscal através da carta n.º CE-37/2015, de 12 de fevereiro, reflete a prossecução da missão e objetivos estratégicos definidos nos seus Estatutos e as orientações gerais e específicas emanadas pelo Estado, merecendo a nossa concordância.

Ao Conselho de Administração e aos restantes colaboradores da ENMC, o Conselho Fiscal agradece a ajuda e a disponibilidade prestadas durante o desempenho das suas funções.

Lisboa, 12 de março de 2015

O Conselho Fiscal,

Carlos António Lopes Pereira (Presidente)

Cristina Maria Pereira Freire (Vogal)

José Teixeira Souta (Vogal)